



ATA Nº02/2026

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE ABRIL, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no edifício da Assembleia Municipal, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, com a seguinte: -----

----- ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- 01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 01/2026 referente à sessão ordinária de 13.02.2026 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- 02 - ORDEM DO DIA -----

----- **02.01** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- **02.02** – Apresentação e apreciação dos projetos vencedores da AJO 2026 -----

----- **02.03** – Atividade Municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual -----

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município referentes ao ano económico de 2025 -----

----- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – 2.ª revisão orçamental – Ano económico de 2026 -----

----- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – “P127/2026 – prestação de serviços para auditoria externa das Contas do Município, para os anos económicos de 2026 a 2029 (12030/2026)” – assunção de compromissos plurianuais -----



- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – “P149/2026 – manutenção e gestão centralizada de parcometros (modelos Strada e Stello) no concelho de Ourém, durante 36 meses (420/2026)” – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – “P152/2026 – centralização dos dados e monitorização remota de parquímetros (Hectronic Citea – modelos Cityline e Mobile APP) no concelho de Ourém, durante 36 meses (945/2026)” – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – “P230/2025 – Complexo Desportivo de Fátima – Fase 1 – Construção de Dois Campos de Futebol Sintético, Bancada e Balneários (78762/2025)” – abate de azinheiras -----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – “P180/2026 – Fornecimento de Matéria Prima e Serviços para as Refeições Escolares – 4 Lotes – Ano Letivo de 2026-2027 (34508/2026)” -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – Empreitada de Renovação do Terminal Rodoviário – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – empreitada de requalificação da Avenida Papa João XXIII – Fátima – Fase I – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – propostas de Protocolos com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho – quadriénio 2026-2030 – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.14** – Apreciação e votação da proposta camarária – proposta de adenda ao protocolo celebrado com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fátima -----
- **02.15** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Urqueira – proposta de protocolo -----
- **02.16** – Apreciação e votação da proposta camarária – Adenda ao contrato de delegação da competência “Gestão e Conservação do cemitério e da Casa Mortuária” -----



- **02.17** – Apreciação e votação da proposta camarária – alteração do Loteamento n.º 3/2002 – desafetação de parcela de terreno de domínio público para o domínio privado do Município – rua das Brites – Freguesia de Fátima – Ourém -----
- **02.18** – Apreciação e votação da proposta camarária – Conselho Municipal de Educação – proposta de composição -----
- **02.19** – Apreciação e votação da proposta camarária – Tempestade Kristin – retoma das atividades nas piscinas municipais de Ourém e de Caxarias e na piscina de Fátima – compensação de serviços não prestados -----
- **02.20** – Apreciação e votação da proposta camarária – utilização das Piscinas Municipais de Ourém – época balnear 2026 – Instituições Particulares de Solidariedade Social - -----
- **02.21** – Apreciação e votação da proposta camarária – VitiOurém – Associação de Promoção da Vitivinicultura de Ourém – isenção de taxas -----
- **02.22** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação Cultural e Recreativa Vale do Nabão – pedido de isenção de taxas -----
- **02.23** – Apreciação e votação da proposta camarária – cedência do Pavilhão Municipal de Freixianda – pedido de isenção de taxas -----
- **02.24** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Caxarias – pedido de isenção de taxas -----
- **02.25** – Apreciação e votação da proposta camarária – APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família – pedido de isenção de taxas -----
- **02.26** – Período de intervenção aberto ao público -----
- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: ---
- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente da AMO -----
- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.ª Secretária da AMO -----
- Nuno Manuel Pinto Dias – 2.º Secretário da AMO -----
- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----
- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----
- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques -----



----- Tiago Ferreira Simões Vieira -----

----- Natalina Mendes Vieira -----

----- Filipe Remi Callebaut Mendes -----

----- Otilia Cristela Antunes Marto -----

----- João Filipe Campos Catarino -----

----- Fernando Marques Simões -----

----- Filipe de Frias Antunes da Graça -----

----- Mónica Filipa Gaspar Faria -----

----- Helena Santos Pereira -----

----- David Alves Pereira -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos -----

----- Na impossibilidade de comparecer e conforme previsto no artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, procedeu-se à substituição do membro da Assembleia Municipal: -----

----- Francisco Emanuel Marques Lopes, CDS-PP, esteve presente **Vanessa Ferreira de Freitas** -----

----- **RENÚNCIA DE MANDATO** -----

----- Nos termos do n.º 1, n.º 2 do artigo 76.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, renunciaram ao mandato os membros da Assembleia Municipal: -----

----- Cristina Maria Gonçalves Pereira – CHEGA -----

----- Sílvia Gonçalves Neves – CHEGA -----

----- Armando Henrique Fonseca Reis Vieira – PPD/PSD -----

----- **TOMADA DE POSSE** -----

----- Nos termos do n.º 1, do artigo 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, tomaram posse, respetivamente, os cidadãos: -----

----- **RUI DA CRUZ RENTE** – Lista **CHEGA**, titular do Cartão de Cidadão n.º 07362942, válido até 03/08/2031, Planificador de Pessoal, natural da Freguesia de Gonçalo, Guarda, residente na Travessa das Barreirinhas, n.º 6, 2435-810, Matas, Ourém, Santarém. -----



----- **TELMA ALEXANDRA SANTANA CARDOSO CHAINHO** – Lista **CHEGA**, titular do Cartão de Cidadão n.º 13616976, válido até 03/08/2031, Desempregada/tirar Formação Técnica de Apoio à Gestão, natural da Freguesia São Sebastião da Pedreira, Lisboa, residente na Rua Pedro Pais Faria Caupers, n.º 465, 1.º andar, 2490-276, Nossa Senhora das Misericórdias, Ourém, Santarém. -----

----- **JORGE PEREIRA DA SILVA** – Lista **PPD/PSD**, titular do Cartão de Cidadão n.º 10201779, válido até 03/08/2031, Gestor de Empresas, natural de França, residente na Rua da Indústria 11, 2490-162, Gondemaria, Ourém, Santarém. -----

----- Verificou-se a presença dos senhores **PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA**: ---

----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Vieira Marques Carriço -----

----- Freguesia de Atouguia – Luís Manuel Gameiro de Oliveira -----

----- Freguesia de Casal dos Bernardos – Acácio Dias Pereira -----

----- Freguesia de Caxarias – Sérgio Manuel Gameiro Fernandes -----

----- Freguesia de Cercal – Filipe Alexandre Pereira -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Fátima – Carlos Ferreira Neves -----

----- Freguesia de Gondemaria – Carlos de Freitas Coelho -----

----- Freguesia de Matas – Agostinho Pereira Gameiro -----

----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Alexandre Manuel Gaspar Faria -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Luís Alexandre Serras de Sousa -----

----- Freguesia de Olival – Pedro Miguel Marques Pereira -----

----- Freguesia de Rio de Couros – Jorge Manuel Dias Lopes -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Paulo Luís Marques Nunes -----

----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco -----

----- Na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua a alínea c), do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, fez-se representar a Presidente de Junta: -----



----- Freguesia de Seiça – **Tesoureira, Andreia Sofia Ribeiro** -----

----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:---

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----

----- Senhores Vereadores eleitos: -----

----- Rui Manuel Simões Vital -----

----- Purificação Pereira Reis -----

----- Filipe Manuel Marques Baptista -----

----- Cristina Maria Gonçalves Pereira -----

----- Humberto Luís Ferraz Antunes -----

----- Daniel Lopes Neves Ribeiro -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 01/2026 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 13.02.2026 -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a Ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a Ata aprovada, por unanimidade, com os votos dos membros presentes na referida sessão** -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou o seguinte: -----



----- Comunicação da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, dando conhecimento do Relatório de Atividades e Contas 2025 -----

----- Comunicação da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, dando conhecimento da constituição do Grupo de Trabalho Legislativo, que integra -----

----- Comunicação da CIM Médio Tejo, dando conhecimento da Listagem dos Procedimentos Plurianuais em Curso desde abril 2025 -----

----- Comunicação da Câmara Municipal, dando conhecimento da composição do Conselho Cinegético Municipal de Ourém -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada** -----

01.03 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

----- VOTO DE PESAR -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, apresentou o seguinte voto de pesar: “A Mesa da Assembleia Municipal de Ourém, na sessão ordinária de 28 de abril, propõe à Assembleia Municipal a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Reverendo Padre José Luís Ferreira, ocorrido no passado dia 8 de abril de 2026, aos 78 anos, após uma vida dedicada à missão cristã e ao serviço das comunidades. -----

Natural da Ribeira do Fárrio, no concelho de Ourém, nasceu a 13 de outubro de 1947. Ingressou no Seminário Diocesano de Fátima em outubro de 1960, tendo concluído a sua formação filosófico-teológica em 1973. Nesse mesmo ano, foi ordenado diácono a 21 de outubro e presbítero a 23 de dezembro. -----

Iniciou o seu ministério sacerdotal em 1974, como coadjutor da Sé de Leiria, assumindo no ano seguinte, em colaboração com o Padre Joaquim Baptista, a paróquialidade dos Milagres, responsabilidade que viria a exercer plenamente a partir de 1979. -----



A partir de maio de 1990, fixou-se de forma mais permanente no concelho de Ourém, onde exerceu as funções de pároco de Seiça e Alburitel durante 34 anos, até setembro de 2024. Ao longo deste período, desempenhou igualmente funções de coordenação pastoral na vigairaria e representou-a em diversos organismos diocesanos. Após a cessação dessas funções, continuou a colaborar com os sacerdotes da unidade pastoral e da vigairaria de Ourém. -----

O seu percurso ficou marcado por um profundo compromisso pastoral, pela dedicação às comunidades que serviu e pelo contributo relevante para a vida social e comunitária do concelho de Ourém, sendo amplamente reconhecido pelo seu sentido de missão e proximidade às populações. -----

Nestes termos, propõe-se que a Assembleia Municipal de Ourém, reunida em sessão ordinária de 28 de abril, delibere: -----

1. Aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento do Reverendo Padre José Luís Ferreira; -----
2. Prestar homenagem à sua memória, reconhecendo o seu percurso de vida e serviço à comunidade; -----
3. Endereçar o presente voto de pesar a Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Bispo Diocesano, D. José Ornelas, à Vigairaria de Ourém, bem como ao Padre Jorge Guarda; -----
4. Apresentar à família e amigos as mais sentidas condolências.” -----

----- **SUBMETIDO A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI ESTE VOTO DE PESAR APROVADO, POR UNANIMIDADE, TENDO-SE RESPEITADO, DE PÉ, UM MINUTO DE SILÊNCIO** -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, apresentou o seguinte voto de pesar: “A Mesa da Assembleia Municipal de Ourém, na sessão ordinária de 28 de abril, propõe à Assembleia Municipal a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luís Pereira de Oliveira, ilustre cidadão do concelho de Ourém, natural de Vilar dos Prazeres, freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias. -----

Luís Pereira de Oliveira dedicou, ao longo de cerca de vinte e cinco anos, uma parte significativa da sua vida ao serviço da causa pública, exercendo funções autárquicas com



elevado sentido de responsabilidade e compromisso. Desempenhou o cargo de secretário da Junta de Freguesia entre 2001 e 2013, tendo posteriormente exercido funções como Presidente da Junta de Freguesia entre 2013 e 2025. Por inerência deste último cargo, integrou a Assembleia Municipal de Ourém, onde participou de forma empenhada e responsável nos trabalhos deste órgão deliberativo. À data do seu falecimento, exercia as funções de Presidente da Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias. -----

No exercício das suas funções públicas, evidenciou qualidades de idoneidade, dedicação e sentido de missão, pautando a sua atuação pelo respeito pelos princípios do interesse público, pelo espírito de cooperação institucional e pelo compromisso com o desenvolvimento da sua freguesia e do concelho. -----

O seu percurso autárquico e cívico constitui um exemplo de serviço à comunidade, ficando associado à vida pública local e à memória coletiva do concelho de Ourém.

Nestes termos, propõe-se que a Assembleia Municipal de Ourém, reunida em sessão ordinária de 28 de abril, delibere: -----

1. Aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento de Luís Pereira de Oliveira; -----
2. Prestar homenagem à sua memória, reconhecendo o seu contributo para a causa pública; -----
3. Endereçar à sua família, amigos e à Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias as mais sentidas condolências.” -----

----- **SUBMETIDO A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI ESTE VOTO DE PESAR APROVADO, POR UNANIMIDADE, TENDO-SE RESPEITADO, DE PÉ, UM MINUTO DE SILÊNCIO** -----

----- **VOTO DE RECONHECIMENTO** -----

= **ANA MARGARIDA HENRIQUES NEVES VIEIRA**, Primeira Secretária da Assembleia Municipal, apresentou o seguinte voto de louvor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Ourém, na sessão ordinária de 28 de abril, atribui um voto de reconhecimento ao Clube Desportivo de Espite pelos resultados alcançados no Campeonato Nacional de Trail Ultra, realizado no passado dia 4 de abril, na Figueira da Foz. -----

Destaca-se a conquista do título de campeão nacional pela equipa masculina, o primeiro da história do clube, bem como o desempenho do atleta Nuno Campos, vencedor da prova e



campeão nacional. Assinala-se ainda o contributo dos atletas Marcelo Graça (7.º lugar) e José Alves (13.º lugar). No setor feminino, o clube alcançou igualmente o título de vice-campeão nacional. -----

Os resultados obtidos constituem motivo de orgulho para o concelho de Ourém, refletindo o trabalho, a dedicação e o espírito desportivo do clube. -----

A Mesa da Assembleia Municipal de Ourém saúda o Clube Desportivo de Espite, na pessoa do seu Presidente, Daniel Graça, presente na sessão, procedendo à entrega formal do presente voto de reconhecimento e formulando votos de continuação de êxitos desportivos.” -----

----- Tomando a palavra, o Presidente do Clube Desportivo Espite, Daniel Graça, referiu o seguinte: “Antes de mais cumprimento todos e gostaria de agradecer este voto de reconhecimento ao Clube Desportivo de Espite. -----

Tudo começou há oito anos, em Espite com o nosso atleta, o Filipe Costa, que corria sozinho por Espite e que pediu algum apoio. O Clube, de imediato, fez questão de o apoiar e depois a mais quatro atletas, também de Espite. Eram cinco rapazes que correm por gosto e, passados oito anos, com uma equipa por trás, chegámos a esta esta conquista, Campeão Nacional de Trail Ultra, o maior feito do clube. -----

Não esquecendo também as mulheres que ficaram em segundo lugar, o que dignifica muito o Município de Ourém e a Freguesia de Espite. -----

Em nome do Clube Desportivo de Espite, iremos continuar a correr por aí e a levar o nome do desporto e de Ourém, o mais longe possível. -----

Não esquecendo também as equipas do Município de Ourém, que também ajudam, também dão luta e que sem elas não seria possível chegar tão longe, como temos chegado. -----

Mais uma vez, muito obrigado a todos.” -----

----- VOTO DE RECONHECIMENTO -----

= **ANA MARGARIDA HENRIQUES NEVES VIEIRA**, Primeira Secretária da Assembleia Municipal, apresentou o seguinte voto de louvor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Ourém, na sessão ordinária de 28 de abril, delibera atribuir um voto de reconhecimento a Sílvia Vieira,



pelo mérito alcançado na sua participação na final do Olympic PMU Games, onde conquistou o primeiro lugar na categoria de microblading. -----

Este resultado distingue-se num contexto competitivo internacional, evidenciando a excelência técnica, a precisão e a elevada competência profissional demonstradas. -----

O seu trabalho tem particular relevância na área da dermopigmentação paramédica, nomeadamente na reconstrução de aréolas em mulheres que enfrentaram o cancro de mama. Este trabalho ultrapassa a dimensão estética e assume-se como um contributo para a recuperação da autoestima, da confiança e da relação com o próprio corpo. -----

O seu percurso constitui um exemplo de dedicação, competência e valorização profissional, com impacto positivo na comunidade. -----

A Mesa da Assembleia Municipal de Ourém saúda Sílvia Vieira, formulando votos de continuação de sucesso pessoal e profissional.” -----

----- Tomando a palavra, a homenageada, Sílvia Vieira, referiu o seguinte: “Cumprimento a todos e gostaria de agradecer este voto de reconhecimento. -----

Não preparei qualquer discurso, mas para que saibam o que é categoria de microblading, é uma técnica de micropigmentação, reconstrução de sobrancelhas. Vai muito além de embelezar, trata da reconstrução das assimetrias ou falha de pequenas zonas de pele em pessoas com cancro ou doença como alopecia, em que as pessoas ficam sem sobrancelha, ficam descaracterizadas. -----

Há um impacto emocional muito grande nessas pessoas e o meu trabalho visa a autoestima dessas pessoas, muitas vezes é voltar a dar aquilo que foi roubado por uma doença. -----

Uma vez mais, muito obrigada.” -----

----- VOTO LOUVOR -----

= **ANA MARGARIDA HENRIQUES NEVES VIEIRA**, Primeira Secretária da Assembleia Municipal, apresentou o seguinte voto de louvor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Ourém, na sessão ordinária de 28 de abril, propõe à Assembleia Municipal a aprovação de um voto de louvor a Alexandre Marto Pereira, em reconhecimento pelo Prémio Carreira 2026, atribuído pelo Guia Boa Cama



Boa Mesa, que distingue o seu percurso de excelência enquanto hoteleiro, gestor e dirigente associativo, bem como o seu contributo relevante para o desenvolvimento do turismo nacional. -----

Natural de Fátima, Alexandre Marto Pereira tem desenvolvido um percurso marcado por uma visão estratégica consistente, capacidade de inovação e forte aposta em modelos de cooperação entre agentes económicos, destacando-se o seu papel na dinamização de estruturas colaborativas entre unidades hoteleiras independentes. -----

Importa igualmente sublinhar o seu contributo decisivo para a afirmação de Fátima como destino turístico de referência internacional, bem como o seu envolvimento em entidades associativas e projetos que têm contribuído para a qualificação e projeção do setor turístico. -----

A distinção agora atribuída constitui o reconhecimento de um percurso de mérito excecional, com impacto relevante na economia e na projeção externa do concelho de Ourém. -----

Nestes termos, propõe-se que a Assembleia Municipal de Ourém delibere: -----

1. Aprovar o presente voto de louvor a Alexandre Marto Pereira; -----
2. Reconhecer publicamente o seu contributo para a afirmação do concelho de Ourém enquanto destino turístico de referência; -----
3. Saudar o homenageado, presente na sessão, procedendo à entrega formal do presente voto de louvor.” -----

----- SUBMETIDO A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI ESTE VOTO DE LOUVOR APROVADO, POR UNANIMIDADE -----

----- Atendendo a que o homenageado, Alexandre Marto Pereira, por motivos profissionais, não pode comparecer nesta sessão, remeteu uma intervenção que foi lida pela Primeira Secretária da Assembleia Municipal, a qual se passa a reproduzir: “Tomei conhecimento de que será proposto à Assembleia Municipal de Ourém um voto de louvor, no contexto da atribuição do Prémio Carreira do Guia Boa Cama Boa Mesa 2026. -----

Infelizmente, por compromissos importantes fora do município nesse dia, não poderei estar presente. -----

Caso esse voto venha a ser aprovado, não posso, no entanto, deixar de expressar um breve agradecimento, que peço seja transmitido a essa Assembleia pelo Senhor Presidente da Mesa.



Julgo que, na vida de um homem, poucas coisas são tão importantes como ver o seu trabalho reconhecido pela terra que o viu nascer. A Assembleia Municipal é, por excelência, o órgão que representa a comunidade que nos viu crescer e evoluir na nossa vida pessoal e profissional. Por isso, o reconhecimento vindo de tão elevado e prestigiado órgão constitui para mim motivo de enorme orgulho. -----

Muito obrigado. -----

Não querendo discutir o merecimento da decisão, quero, ainda assim, sublinhar que o trabalho agora distinguido não é fruto de um esforço individual, mas antes de um esforço coletivo, desenvolvido por um vasto conjunto de pessoas. -----

A minha família, os restantes hoteleiros que connosco firmaram aliança, e os nossos colaboradores têm vindo, ao longo dos anos, a trabalhar para posicionar o destino Fátima no top of mind do turismo nacional, para reforçar o Turismo Religioso como estratégico para o país e para desenvolver, nesta área, negócios criadores de riqueza e de emprego — algo fundamental para a afirmação de Ourém-Fátima. -----

Organizações como o Santuário de Fátima, a Autarquia e a ACISO foram também fundamentais neste percurso. As dezenas de pequenas empresas que trabalham na hotelaria desta cidade fazem diariamente o seu melhor — umas vezes em cooperação, outras numa competição saudável — para serem criadoras de excelência. -----

E esse esforço não é apenas de agora. É também de todos os que partilharam este caminho ao longo do tempo: alguns que já nos deixaram, outros que continuam a acompanhar-nos nesta caminhada. Estou seguro de que a Assembleia Municipal de Ourém continuará a acompanhar todos os que, nesse esforço coletivo, trabalham em prol de Ourém-Fátima. -----

Muito obrigado.” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal -----

Mesa da Assembleia Municipal -----

Sr. Presidente de Câmara -----

Sras. e Srs. Vereadores -----



Caros colegas deputados municipais -----

Publico Presente e publico que nos acompanha através da transmissão online -----

Comunicação Social -----

É com um profundo senso de responsabilidade e compromisso que me dirijo hoje a esta Assembleia Municipal para falar sobre a importância do escrutínio público, da transparência. Falo-vos especialmente sobre o processo de revisão extraordinária do Plano Diretor Municipal (PDM). Um tema de grande relevância para o futuro do nosso concelho e para o bem-estar de todos os que nele habitam. -----

Este é um procedimento tecnicamente complexo, que, o comum dos mortais não domina na sua totalidade, arriscando mesmo a dizer que nenhum de nós, deputados municipais, domina com exatidão. O PDM, como sabem, é o documento orientador que define a utilização do solo e as diretrizes de ordenamento do território, e tem impactos diretos na vida de todos, desde as pequenas aldeias até às cidades. Porém, a complexidade técnica do processo, muitas vezes, afasta os cidadãos da discussão, tornando-a algo distante da realidade diária das pessoas. ----

Sabemos que o executivo municipal tem sido confrontado com pedidos legítimos por parte de cidadãos e grupos de cidadãos, para que fossem realizadas sessões de esclarecimento, onde os cidadãos pudessem entender melhor as alterações em causa, as implicações do PDM e, mais importante ainda, onde pudessem expressar as suas preocupações e dúvidas. Esses pedidos não foram atendidos, e as sessões de esclarecimento que poderiam ter sido uma oportunidade de diálogo entre a Câmara Municipal e os munícipes simplesmente não aconteceram. -----

Na última reunião de líderes, houve um consenso, uma decisão unânime, de que deveria convocada uma Assembleia Municipal extraordinária para discutir exclusivamente esta alteração do PDM, para que todos pudessemos debater, questionar e compreender as implicações desta revisão extraordinária. O Senhor Presidente da Câmara concordou com esta decisão. No entanto, após uma insistência minha, recebi um e-mail a comunicar que essa Assembleia extraordinária já não se poderia realizar. A razão apresentada, como sabem, não



foi suficientemente clara, o que gera em nós uma legítima dúvida quanto à transparência e à verdadeira intenção por trás desta mudança. -----

Esta situação levanta questões que não podemos ignorar. Estará o executivo municipal a evitar o escrutínio público? Estará a tomar decisões sem a devida consulta à população e sem a participação ativa dos cidadãos nas questões que dizem respeito ao seu futuro? Deixo-vos, como exemplo, a indicação (palavras do Senhor Presidente de Camara), que mais de 90% das participações já recebidas no âmbito deste período de discussão publica, era referente a situações que não estavam em análise. Só prova a necessidade premente destes esclarecimentos. -----

Esta Assembleia Municipal, a “Casa da Democracia de Ourém” deverá tudo fazer para proporcionar aos seus cidadãos a possibilidade de serem esclarecidos em tempo útil de se pronunciarem, para que a sua voz seja ouvida e que o processo de revisão do PDM seja tratado com a seriedade e a transparência que ele exige. -----

Todos sabemos que existe um “elefante na sala”, de que todos falam. Existem mais de 40 empresas do nosso concelho que tiverem os seus processos de legalizações atrasados em muito tempo, para que neste procedimento fosse incluída uma alteração em especial. Se esta revisão extraordinária do PDM servir para “legalizar e validar” obras que se encontram embargadas, que foram feitas em territórios proibidos, nas quais o poder do estado foi afrontado e subjugado, esse é um péssimo sinal. -----

Nunca poderá ser feito um favorecimento dos ricos e poderosos, só porque o são. -----

Assim, se essas obras embargadas, cujos embargos foram voluntariamente e convictamente ignorados, nos quais as autoridades judiciais tiveram que intervir com força máxima e com visibilidade publica, para que o descredito do estado não fosse ainda mais notório, forem legalizadas, propomos que: -----

- Se inicie um procedimento de revisão extraordinária, para legalização de tudo o que foi construído ilegalmente, para todos, entre os que têm meios e os que não têm acesso aos mesmos recursos. Entre os ricos e os pobres. Este é um problema que não podemos ignorar, e que afeta diretamente as políticas urbanísticas, a gestão do território e as opções que estão a



ser tomadas no processo de revisão do PDM. A nossa responsabilidade, enquanto representantes eleitos, é garantir que não há favoritismos, que todas as decisões são tomadas em prol de todos, sem exceções. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista estará sempre ao lado de todos os cidadãos, de todos os grupos, seja qual for a sua classe social, a sua origem ou os seus recursos. A nossa missão, que nos foi confiada nas urnas, é a defesa dos direitos e dos interesses de todos, sem exceção. Não vamos ceder à pressão de silenciar aqueles que mais precisam de ser ouvidos. Não nos calaremos! A nossa postura será sempre a de fazer ouvir a voz dos que não têm poder, dos que estão à margem das grandes decisões. -----

A democracia é feita de diálogo, é feita de participação. Por isso, deixo um apelo a todos os presentes, e em particular ao executivo municipal: que se abra o espaço para a discussão pública, que as sessões de esclarecimento aconteçam, que a Assembleia Municipal extraordinária, para discutir o PDM, seja marcada, em tempo útil. Os cidadãos de Ourém têm o direito de ser ouvidos e de compreender as decisões que lhes afetam. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista continuará a sua luta pela transparência, pela igualdade e pelo bem comum, porque é para isso que fomos eleitos. Porque, acima de tudo, defendemos a justiça e a participação ativa de todos no processo político que define o nosso futuro. -----

Muito obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Antes de dar a palavra ao elemento seguinte, gostaria de dar dois ou três esclarecimentos. -----

Em primeiro lugar, todas as dúvidas e pretensões que o Grupo Municipal do Partido Socialista aqui apresenta são legítimas, obviamente que se revê nelas e quere-as trazer à discussão. Tem toda legitimidade de o fazer. -----

Não estive presente na última reunião de líderes, onde esta questão foi abordada e onde foi manifestado, segundo sei, a disponibilidade para a realização de uma reunião extraordinária para este efeito. As reuniões extraordinárias acontecem, por imperativos regimentais, e para que elas acontecem



ou são uma iniciativa do senhor Presidente, uma iniciativa da Mesa ou a apresentação de um requerimento. E, portanto, se a iniciativa era do Grupo Municipal do Partido Socialista, não deu entrada na Mesa qualquer tipo de requerimento para a convocatória de uma reunião extraordinária. -----

Dentro do quadro das suas competências legais para avaliação dos instrumentos de ordenamento do território, a Assembleia Municipal ainda não tem conhecimento de que exista qualquer programação ou agendamento para a discussão desta matéria em apreço de alteração do Plano Diretor Municipal. -----

Pese embora, seja do conhecimento público, sabemo-lo por, como qualquer cidadão o pode saber, é uma matéria que está precisamente em discussão pública, a apreciação desse instrumento que está em alteração. Se está em discussão pública, essa discussão é isso mesmo, poderá ter contributos, poderá ter críticas, poderá ter análise de qualquer cidadão, qualquer empresa, de quem quer que seja, para se pronunciar sobre ele. Se dúvidas há sobre a alteração do respetivo Plano, algumas injustiças, admitindo que ele esteja a cometer, elas podem ser feitas no dia em que vai haver um agendamento, porque a fase final da aprovação desta alteração terá que vir à Assembleia Municipal obrigatoriamente e aí, teremos todos, a oportunidade de nos pronunciarmos sobre ele. -----

Relativamente à legitimidade e à questão da oportunidade democrática de nos pronunciarmos, foi exatamente isso que o senhor deputado do Partido Socialista fez, teve aqui uma excelente oportunidade, e fê-lo, dentro da sua oportunidade de ter a palavra, de se pronunciar neste Período de Antes da Ordem do Dia. Mas ainda tem mais. No ponto seguinte, da Ordem de Trabalhos, há uma oportunidade excelente de colocar diretamente ao senhor Presidente de Câmara todas as dúvidas que tenha. Não precisamos de estar a recorrer a uma sessão extraordinária para colocar ou esclarecer as dúvidas que possa ter. ----

Que não exista qualquer tipo de dúvida perante o público ou aqueles que nos assistem, ou qualquer deputado municipal, da parte da Assembleia Municipal, não há qualquer tipo de reticência no esclarecimento cabal de todas as dúvidas que possam existir. Qualquer munícipe, e ainda mais qualquer deputado municipal, que tenham dúvidas, que sejam esclarecidas aqui. -----

Se achar que esse momento é insuficiente, tem o artigo sete do Regimento da Assembleia Municipal, ao qual pode recorrer para convocar uma Assembleia Municipal extraordinária.” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, Presidente de Junta de Freguesia de Urqueira, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----



Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Comunicação Social, -----

Público aqui presente e em casa, -----

Falo hoje em nome de todos os meus colegas Presidentes de Junta de Freguesia, num momento ainda marcado pelas consequências de um dos episódios mais difíceis que as nossas comunidades viveram nos últimos anos. -----

A tempestade provocou uma destruição avassaladora em todas as Freguesias. Muitos problemas persistem e a sua resolução não depende diretamente de nós, mas estamos no terreno todos os dias a trabalhar para dar resposta às dificuldades das nossas populações. -----

As pessoas precisam de saber que podem contar connosco, que estamos próximos, disponíveis e empenhados. Sabemos que os desafios são muitos, mas não podemos falhar naquilo que nos define: a proximidade e o compromisso com as pessoas. -----

Apesar do apoio prestado pela Câmara Municipal, que reconhecemos e agradecemos, as Juntas continuam sem capacidade para responder eficazmente a cenários desta natureza. -----

Situações como esta evidenciam um desfasamento claro entre as responsabilidades que nos são atribuídas e os recursos efetivamente disponíveis para lhes dar resposta. -----

Somos, muitas vezes, o primeiro rosto do Estado a quem as pessoas recorrem. É na Junta que se bate à porta, é ao Presidente de Junta que se pedem explicações, ajuda e soluções, mas não é fácil desempenhar estas funções. -----

É um lugar exigente, de grande pressão, onde se contacta diariamente com as dificuldades das pessoas. E é, por vezes, um lugar ingrato, onde o esforço nem sempre é reconhecido e onde as expectativas ultrapassam largamente os meios disponíveis. -----

Naqueles dias difíceis, os Presidentes de Junta foram muitas vezes confrontados com críticas, acusações e expectativas que extravasavam, em muito, as nossas responsabilidades e os meios de que dispomos. Fomos, em muitos casos, injustamente responsabilizados por situações cuja resolução não dependia das Juntas, mas sim de outras entidades. -----



Criou-se, por momentos, a perceção de que as Juntas tinham de dar resposta a tudo, como se dispuséssemos de meios ilimitados, quando, na realidade, estávamos tão limitados quanto todos os outros. -----

Exigiu-se muito de quem pouco tinha para dar, colocando as freguesias numa posição particularmente vulnerável perante a dimensão da crise. -----

É, por isso, fundamental retirar ilações deste acontecimento. Torna-se urgente repensar e rever o enquadramento legal das freguesias, reforçando os meios técnicos, humanos e financeiros. --

Após a tempestade, procurámos retirar ensinamentos e agir em conformidade. Algumas Juntas já adquiriram algum equipamento que não possuíam, precisamente para melhor responder a situações semelhantes às que vivemos. Paralelamente, aguardamos a implementação das medidas previstas no âmbito do PTRR — Programa de Transformação, Recuperação e Resiliência, nomeadamente ao nível da disponibilização de geradores, reforço das comunicações móveis, criação de pontos “wifi” e melhoria da informação básica à população. --

Já esta semana, todas as Juntas de Freguesia receberam da Câmara Municipal um pedido para levantamento e reporte dos danos verificados nos espaços públicos sob a nossa responsabilidade: sedes de Junta, parques de lazer, casas mortuárias, escolas, estaleiros, entre outros. -----

Se este apoio camarário vier a materializar-se, queremos desde já registar o nosso reconhecimento e agradecimento à Câmara Municipal de Ourém por esta iniciativa, que poderá representar um contributo determinante para a recuperação dos equipamentos e infraestruturas das nossas freguesias. -----

Trata-se de um sinal importante de solidariedade institucional, de cooperação entre os níveis do poder local e de compreensão da realidade difícil que as freguesias continuam a enfrentar diariamente no terreno. -----

Entretanto, os Presidentes de Junta entenderam ser fundamental dar visibilidade à realidade vivida no terreno. Nesse sentido, foi endereçado um convite à ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) para uma visita ao nosso território, com o objetivo de dar a conhecer, de forma direta, os danos causados em infraestruturas e espaços sob a nossa responsabilidade. -----



Com efeito, no passado dia 14 de abril, o Presidente da ANAFRE esteve no concelho de Ourém, onde visitou, a título representativo, um edifício público com graves danos (a Junta de Rio de Couros) uma zona florestal ainda fortemente afetada (Salgueira de Cima, na freguesia de Casal dos Bernardos) e um espaço público comunitário danificado, o Parque de Merendas, na Amieira, freguesia de Urqueira. -----

No final dessa visita, realizou-se uma reunião com os membros da ANAFRE e com todas as Juntas de Freguesia, em Urqueira, onde partilhámos preocupações e apresentámos um conjunto de propostas de carácter excecional, mas também estrutural, com vista à mitigação dos prejuízos identificados. -----

Um dos maiores problemas que enfrentamos atualmente e que partilhámos com a ANAFRE prende-se com a abertura dos caminhos florestais, cuja obstrução é hoje uma realidade transversal a todo o território. Neste momento, registamos mais de 600 km de rede viária florestal por desobstruir, um cenário que muito nos preocupa, sobretudo numa altura em que nos aproximamos do período crítico de incêndios. -----

Quer o Governo, quer a Câmara Municipal estão a implementar medidas que contribuirão para a abertura de muitas dessas vias. No entanto, é absolutamente essencial a colaboração dos proprietários, para que também procedam à limpeza dos seus terrenos e do material lenhoso existente. Só com este esforço conjunto será possível devolver segurança e funcionalidade ao nosso território. -----

Caros colegas, -----

Apesar de todas as dificuldades, as populações sabem que podem contar com as Juntas de Freguesia. Continuaremos no terreno, com sentido de missão e total dedicação. -----

Mas é importante que fique claro: não basta exigir às Juntas, é preciso dar-lhes condições. -----

Assumimos plenamente o nosso papel, mas é indispensável que o poder legislativo nos dê as condições necessárias para o realizar. -----

Muito obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou da disponibilidade de uma linha do Ministério da Agricultura, direcionada à limpeza de terrenos



florestais afetados pela tempestade Kristin, num valor até 1500€/ha. Um apoio/incentivo que visa remover árvores caídas e material lenhoso, com o intuito de mitigar o risco de incêndios. --

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, Representante Grupo Municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Ex.mos Senhores; -----

Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----

Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----

Vereadores, -----

Membros da Assembleia Municipal, -----

Presidentes de Juntas de Freguesia e demais autarcas, -----

Funcionários, -----

Convidados, -----

Ex.mos Senhores representantes dos órgãos de comunicação social, -----

A todos aqueles que nos acompanham através da transmissão online desta sessão plenária.

Estimados cidadãos, -----

Celebramos o **25 de Abril de 1974**, a data que devolveu a Portugal a liberdade, a dignidade e o futuro. Passaram cinquenta e dois anos desde aquela madrugada em que um país inteiro acordou para a esperança, guiado pela coragem de militares que escolheram a democracia em vez da opressão, e pelo povo que saiu à rua para reclamar o que lhe pertencia por direito: **a liberdade**. -----

O 25 de Abril não foi apenas a queda de um regime. Foi o renascimento de uma nação que, durante décadas, viveu silenciada, empobrecida e afastada do mundo. Foi o momento em que Portugal decidiu que queria ser dono do seu destino, que queria escolas abertas, jornais livres, eleições verdadeiras, direitos sociais, igualdade e justiça. -----

Em 2026, a memória de Abril continua a ser um compromisso. Não é apenas um capítulo da História; é um **pacto intergeracional** que nos obriga a cuidar da democracia, a defendê-la e a aprofundá-la. Porque a liberdade não é um bem adquirido para sempre. Exige vigilância, exige responsabilidade, exige participação. -----



Recordamos os que lutaram antes de 1974, muitas vezes no silêncio e no risco, para que a liberdade fosse possível. Recordamos os militares de Abril, que escolheram a via pacífica e humanista. Recordamos o povo português, que transformou uma revolução militar numa revolução cívica, plural e democrática. -----

Mas o 25 de Abril também nos convoca a olhar para o presente. A democracia vive hoje desafios novos: a desinformação, a polarização, a desigualdade, a desconfiança nas instituições, a tentação de soluções fáceis para problemas complexos. Cabe-nos a todos, cidadãos, escolas, autarquias, associações, famílias, garantir que a liberdade não se esvazia, que a participação não se perde, que o debate não se transforma em divisão. -----

Abril ensinou-nos que **a democracia é feita de pluralidade**, de respeito, de diálogo e de responsabilidade. Ensinou-nos que nenhum país progride quando se cala, quando se resigna ou quando se afasta da vida pública. Ensinou-nos que a liberdade só floresce quando cada pessoa se sente parte da comunidade e do futuro coletivo.

Por isso, celebrar Abril é também renovar compromissos com a educação, que liberta, com a justiça social, que dignifica, com a igualdade, que une, com a participação cívica, que fortalece, com a verdade, que sustenta a confiança democrática. -----

Que este 25 de Abril de 2026 seja mais do que uma evocação histórica. Que seja um momento de reafirmação do que queremos para Portugal, um país livre, justo, solidário, moderno e profundamente democrático. -----

Porque, como tantas vezes se disse, **o 25 de Abril não é apenas uma data, é um caminho**. E esse caminho continua a ser nosso. -----

Viva o 25 de Abril, viva a Liberdade, viva Portugal.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, Representante Grupo Municipal PS, expôs o seguinte:

“Não sei se o regimento o permite nesta fase, mas também é no seguimento daquilo que o senhor Presidente da Assembleia Municipal nos veio dizer em relação à minha intervenção. ---

Gostaria de salientar dois pontos que eu queria que também ficassem registados. -----

Primeiro, como o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse, não estive presente. -----



Segunda questão, no Regimento que nós conhecemos estão, de facto, essas três possibilidades. -----

Na reunião, a proposta da Assembleia Municipal Extraordinária foi feita pela Primeira Secretária. Todos os presentes ouviram isso. Foi aprovado oralmente por todos. -----

Não foi de imediato colocado o requerimento porque o senhor Presidente da Câmara vai estar ausente do país por duas ocasiões. O único dia disponível, antes do término do prazo de audição pública, era o dia 6 de maio e ficou apalavrado para esta data. -----

O objetivo da Assembleia Municipal extraordinária era esclarecer-nos a nós, obviamente, mas, mais que tudo e acima de tudo, dar oportunidade à população do concelho de Ourém de participar ativamente e serem esclarecidas as suas dúvidas, porque não houve mais nenhuma sessão de esclarecimento.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Porque estas sessões são públicas, devo esclarecer a população do concelho que, se quiser participar ativamente, está a decorrer precisamente esta fase de discussão pública e pode fazê-lo em qualquer momento. -----

Aqui, a palavra é dada aos membros da Assembleia Municipal e equacionou-se de facto, segundo aquilo que a senhora Secretária da Mesa me transmitiu, o agendamento da sessão extraordinária, tinha a ver com o que poderíamos acrescentar de valor nos esclarecimentos aos senhores deputados municipais. -----

Tivemos de pronto a disponibilidade do senhor Presidente de Câmara na data que o senhor Deputado aqui referiu para o agendamento de uma reunião, mas, ao que soubemos, tentámos fazê-la. Mas, o que de utilidade teria, seria uma discussão um bocadinho para além da discussão política, do que se concorda ou não se concorda, ou seja, uma discussão com base um pouco no conhecimento técnico, o que é que se está a fazer, o que é que não se está a fazer. E para isso, tínhamos que nós próprios ter conhecimento do Plano e para isso nada melhor do que ter a equipa. Tentámos que a equipa viesse, mas na data, que era a única data disponível, a equipa não estava disponível. -----

Portanto tentámos fazer o que nos foi possível.” -----



----- 02 - ORDEM DO DIA -----

02.01 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, não se registando nenhum pedido de intervenção. -----

----- Referiu a presença de elementos da Região de Escuteiros de Leiria-Fátima do Corpo Nacional de Escutas (CNE), Escoteiros Mirins, que questionaram previamente, através de email, sobre a possibilidade de estarem presentes para procederem a um *“agradecimento público ao Município de Ourém, enaltecendo o apoio contínuo que o Município tem vindo a prestar aos Agrupamentos de Escuteiros do Concelho e à Região, contribuindo de forma significativa para a promoção da participação ativa dos jovens e afirmando-se como um parceiro fundamental nas diversas oportunidades de serviço desenvolvidas pelo Escutismo.* ----

----- Tomou a palavra, o Chefe Regional Leiria-Fátima, Pedro Nogueira referiu o seguinte: “Boa tarde a todos. Chamo-me Pedro Nogueira, sou Chefe Regional de Leiria-Fátima. Aproveito para cumprimentar o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, os senhores Secretários e muito particularmente o Nuno Dias. -----

Cumprimento ainda o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores, os senhores deputados municipais, os munícipes que nos acompanham aqui e em casa. -----

Aproveito as palavras do senhor Presidente da Mesa da Assembleia para dizer que nós fazemos tudo o que ele disse, mas também queremos promover junto dos nossos jovens, que sejam cidadãos ativos e que aprendam pela ação, e que um dia também possam estar aqui no vosso lugar a representar a população. O que queremos é que eles sejam agentes transformadores das suas sociedades e dos locais onde se encontram. -----

Não sei se sabem, mas o ano de 2025 foi um ano particularmente importante para o Escutismo Católico na Diocese de Leiria-Fátima, celebrámos 100 anos. 100 anos de ação, 100 anos a educar jovens, 100 anos a transmitir valores. -----



E porque isto é um movimento de jovens, eu vou passar a palavra ao Miguel e ao Manel, que eles sim, são os escuteiros neste momento. -----

Obrigado.” -----

----- Tomaram a palavra o Escuteiro Miguel e o Escuteiro Manel, expondo o seguinte:

“Medalha de Agradecimento de Primeira Classe - Ouro. -----

Celebrar 100 anos não é apenas assinalar uma data, é honrar uma história de serviço, educação e comunidade. É reconhecer gerações de crianças e jovens que cresceram com valores e dirigentes que, de forma voluntária, ajudaram a construir cidadãos mais responsáveis e solidários. -----

Para que uma celebração desta dimensão fosse verdadeiramente vivida e partilhada, era fundamental criar pontes com a sociedade e os municípios foram, ao longo de todo este processo, agentes determinantes nesta ligação. -----

Com disponibilidade, colaboração e confiança, os municípios ajudaram a abrir portas, a mobilizar recursos e a facilitar contactos e a criar condições para que os escuteiros se mostrassem à comunidade com dignidade e visibilidade. -----

Mais do que apoio logístico, foram um sinal claro de reconhecimento do valor do escutismo no tecido social. -----

A Junta Central, por aconselhamento da Junta Regional Agradecida, atribui a Medalha de Agradecimento-Ouro ao Município de Ourém.” -----

----- Seguiu-se a entrega da Medalha de Agradecimento-Ouro ao Município de Ourém -----

02.02 – APRESENTAÇÃO E APRECIACÃO DOS PROJETOS VENCEDORES DA AJO 2026

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu que a VIII edição da Assembleia Jovem de Ourém, este ano, sob o tema “Os 40 anos da adesão de Portugal à União Europeia. Desafios e oportunidades para os jovens de Ourém”, contou com a participação sessenta alunos, de nove escolas do concelho de Ourém, num total



de doze projetos, apresentados/votados pelos respetivos alunos, numa sessão da AJO, decorrida no pretérito dia 17 de abril. -----

----- Mais disse, parte da realização do projeto vai ser executada também com a ida destes jovens vencedores da VIII Edição da AJO, a Bruxelas, nos dias 02 a 04 de junho 2026. -----

----- Conforme previsto no Regimento da AMO, passou-se à apresentação das propostas vencedoras da AJO: -----

----- **PROJETO: “De Ourém à Europa| Rota das cidades geminadas” – Escola Básica de Caxarias** -----

Responsável: Prof.^a Patrícia Pereira -----

João Pereira, 8º Ano -----

Mina Mendes, 9º Ano -----

Carolina Roça, 9º Ano -----

Simão Daniel, 9º Ano -----

Francisca Barbosa, 9º Ano -----

Descrição do Projeto -----

“Uma aventura educativa e cultural em que equipas de jovens oureenses viajam pela Europa de comboio, inspiradas no espírito do Interrail, seguindo uma caça ao tesouro internacional que liga a cidade de Ourém às suas cidades geminadas. O objetivo é descobrir a história da integração europeia, conhecer jovens de outros países e resolver desafios culturais. As equipas de jovens (12 – 18 anos) partem de Ourém e seguem uma rota por várias cidades europeias, cada cidade contém pistas e desafios relacionados com: a história da cidade, a relação com Portugal, a União Europeia e os valores europeus (democracia, cooperação, mobilidade). O percurso teria como ponto de partida um evento de arranque no castelo ou no centro histórico. A missão inicial da caça ao tesouro poderia ser: descobrir símbolos europeus na cidade e uma pista sobre o ano 1986 (entrada de Portugal na UE). A primeira pista levaria à cidade geminada em França e posteriormente seguiriam para cidades de outros países: Le Plessis-Tréville – cidade francesa geminada com Ourém desde 1992. Altötting – cidade alemã de peregrinação e membro da rede Shrines of Europe. Częstochowa – outra cidade de



peregrinação europeia, na Polónia. Uherský Brod – cidade geminada desde 2014. Pitești – cidade romena geminada desde 2011. Lourdes – cidade francesa também ligada à rede de peregrinação europeia. A caça ao tesouro funcionaria através de uma app ou plataforma online com: mapa da rota, pistas desbloqueadas por GPS, quizzes europeus, ranking das equipas e partilha nas redes sociais. Nestas cidades poderiam ser criados diferentes desafios, por exemplo: encontrar um monumento ligado à construção europeia, entrevistar jovens locais sobre mobilidade Erasmus, descobrir uma ligação cultural entre Portugal e a cidade, comparar locais de peregrinação europeus, criar um mapa simbólico, desafio culinário europeu, entre outros. Propomos uma ideia simbólica em que cada equipa transportaria uma pequena bandeira europeia que ia sendo carimbada em cada cidade visitada. Na etapa final de regresso a Ourém seria organizado um evento que poderia contar com: exposição da viagem, vídeos e fotografias das equipas, mapa da rota percorrida e partilha de património cultural e gastronómico. Este evento poderia contar com a participação dos jovens estrangeiros com quem interagiram ao longo da viagem. Em estimativa, seriam necessários cerca de 1.000 euros por aluno, incluindo Passe Interrail Global Pass, alojamento (hostel ou residência juvenil), alimentação, atividades e entradas (museus, eventos, logística), seguro e organização. Esta iniciativa poderia ter um financiamento através de um programa da União Europeia que promove a cidadania Citizens, Equality, Rights and Values Programme (CERV).” -----

Orçamento e Público-Alvo -----

- 1.000,00 euros/ participante -----

- Jovens -----

----- De seguida, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradecendo a apresentação do trabalho, parabenizou os jovens participantes, tendo, de imediato dado a palavra aos membros da Assembleia Municipal: -----

= NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, Representante Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Primeiro que tudo, queria dar os parabéns aos alunos da Escola Básica de Caxarias e a todos os participantes, aos que ganharam e aos que não ganharam. -----



Acho que isto é música para os ouvidos do senhor Presidente, isto parece-me tudo muito barato. O orçamento parece muito barato, perfeitamente exequível, que se faça. -----

É uma excelente ideia, uma excelente apresentação. -----

Muitos parabéns e de futuro são bem-vindos à Assembleia Municipal quando fizerem 18 anos se se candidatarem. Parece-me que estão todos qualificados para isso.” -----

= SÉRGIO MANUEL GAMEIRO FERNANDES, Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Depois desta apresentação, não podia deixar de dirigir umas palavras aqui nesta Assembleia. -----

Primeiro, agradecer ao Agrupamento, na pessoa da senhora Diretora. O que foi aqui apresentado reflete o que se faz de bom naquele agrupamento de escolas. -----

Depois, para estes cinco miúdos que estão aqui, representantes de outros, mas para estes cinco agradecer-lhes por trazerem este projeto e vir aqui apresentar. É um orgulho imenso para o Agrupamento, mas também para a Freguesia de Caxarias. -----

Dizer-vos que com o gosto com que apresentaram o projeto, espero que no futuro continuem. Vocês são jovens e de certeza que ao continuarem, o futuro de Caxarias pode estar assegurado pela vossa sabedoria que já demonstraram hoje, mas também pelo gosto que têm pelo concelho. Por isso é continuarem. -----

Obrigado” -----

= JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO, Representante Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Gostaria de vos dar os parabéns. -----

Realmente, ver tão jovens aqui é um orgulho para Assembleia Municipal. -----

Em nome do Grupo Municipal do PSD gostaria de reforçar aqui votos de parabéns. -----

É uma ideia muito boa, esperamos que seja aplicada e que no futuro também possamos contar convosco, aqui deste lado. -----

É uma ideia muito boa. Parabéns!” -----

= PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ, Representante Grupo Municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Gostaria de parabenizar esta juventude. -----



Dizer-vos que acho que nem nós, adultos, conseguiríamos fazer, elaborar algo tão, tão bem e com tanta competência como vocês conseguiram fazer. -----

Por isso, continuem assim e acho que vão conseguir fazer melhor, muito melhor no futuro. -----

Parabéns -----

Muito obrigado.” -----

----- **PROJETO: “UE – Sabes o que é?” – Escola Profissional de Ourém** -----

Responsável: Prof.^a Ana Pinho -----

Beatriz Ferreira, 12.º ano -----

Guilherme Mendes, 12.º ano -----

Diogo Borges, 12.º ano -----

Lara Neves, 12.º ano -----

Iris Simões, 12.º ano -----

Descrição do Projeto -----

“Para comemorar a União Europeia, os seus projetos e instituições, pretendemos desenvolver algumas atividades que tornem este tema mediático e interativo com a população de Ourém, no âmbito dos 40 anos de adesão de Portugal – Exposição virtual aos 27 países da UE Visita virtual com óculos 3D aos diferentes países, com vídeo de 1 minuto para dar a conhecer os elementos mais importantes e característicos de cada país. Realizar a exposição aberta ao público em geral, em espaço camarário, a iniciar a 9 de maio – Dia da Europa; – Sessão a Europa em Ourém Realizar uma sessão no Cineteatro destinada para escolas e convidados, com um orador especial (Eurodeputado), para perceber o que é, e a importância da UE na região de Ourém. Apresentar um vídeo com imagens de Ourém, com o antes e o depois da aplicação de fundos comunitários, como edifícios, obras públicas, apoios a empresas...adicionando testemunhos de pessoas, alunos e entidades envolvidos em projetos. Abrir a sessão com uma Menção Honrosa ao falecido Eurodeputado Dr. Sérgio Ribeiro; – Mural UE/Sérgio Ribeiro Para elevar a importância e a relação entre a UE e Ourém, e homenagear o Dr. Sérgio Ribeiro, elaborar num local da cidade, perto do município, um mural com o seu rosto e com elementos alusivos à construção da União Europeia; – Eu na Europa Promover um



concurso entre as diferentes escolas do concelho, no Cineteatro, com perguntas sobre a UE. 3 níveis de participação – 2ºciclo, 3ºciclo e secundário, com equipas de 5 elementos. Seria organizado ao estilo de concurso televisivo, com questões e atividades sobre os diferentes países da UE e sobre as suas instituições. A 3 equipas vencedoras ganhariam uma viagem ao Parlamento Europeu.” -----

Orçamento e Público-Alvo -----

- 20.000,00 euros -----

- População de Ourém e Estudantes do Concelho -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradecendo a apresentação do trabalho, parabenizou os jovens participantes, tendo, de imediato dado a palavra aos membros da Assembleia Municipal: -----

= NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, Representante Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Gostaria de dar os parabéns aos vencedores e à maneira como apresentaram. -----

Dar os parabéns por recordarem alguém como o Sérgio Ribeiro, que está sempre connosco nesta sala, independentemente, das questões políticas. Acima de tudo, foi um grande eurodeputado e um amante de sempre e para sempre do concelho de Ourém. Onde quer que fosse e onde quer que estivesse, falava sempre muito e bem do concelho de Ourém, além de ter sido deputado nesta Assembleia Municipal.” -----

= TIAGO FERREIRA SIMÕES VIEIRA, Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Gostaria de dar os parabéns em nome da bancada do PSD. -----

Dizer que a AJO cumpre o seu propósito de incentivar e fazer reflexões políticas aos mais jovens. E aqui está claramente cumprido pelas duas apresentações que tivemos. -----

O tema e a vossa exposição são fundamentais. A Europa tem cada vez mais desafios. Agora vivemos cada vez mais desafios, postos em causa com a competitividade do mundo e, portanto, esta reflexão já tão jovem é fundamental. -----

Parabéns e continuem essa reflexão.” -----



= PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ, Representante Grupo Municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Queria parabenizar o projeto, a juventude e dizer que, no futuro esta Assembleia não vai ficar deserta, com certeza. E com elementos credíveis, de certeza. ----- Muito obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu, mais uma vez, a todos os jovens que participaram nesta edição da AJO. -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTAPEREIRA, Representante do Grupo Municipal PS, referiu a proposta apresentada na reunião da Comissão de Planeamento Estratégico, no sentido de nas próximas edições da AJO serem convidados todos os grupos municipais com assento neste Órgão deliberativo. -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL manifestou o seu acordo, considerando a proposta muito interessante. -----

02.03 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: “Excelentíssimos, -----
Senhor Presidente da Assembleia Municipal e digníssima Mesa, -----
Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----
Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal, -----
Senhoras e Senhores Jornalistas e demais profissionais da Comunicação Social, -----
Senhoras e Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão online ou pela antena da rádio ABC Portugal -----

**Estimados oureenses -----**

Na sequência da tempestade Kristin e da minha última comunicação a V.^{as} Ex.^{as}, temos vindo a dar ênfase ao repto “Ourém Respondeu, Recupera e Avança”. Por detrás desta mensagem está o empenhamento do executivo municipal que lidero, dos nossos serviços municipais, mas também das Juntas de Freguesia, dos cidadãos e das empresas, que de forma resiliente, continuam a trabalhar para reerguer o nosso concelho. Nesta oportunidade enquanto Presidente da Câmara Municipal, cumpre-me endereçar a todos uma palavra de agradecimento, deixando uma mensagem positiva e de alento, de que todos juntos, vamos conseguir passar por mais esta provação coletiva. -----

Permitam-me V.^{as} Ex.^{as} neste âmbito, que faça um ponto de situação mais concreto sobre o trabalho desenvolvido e a nossa visão de que Ourém está efetivamente a recuperar. No enquadramento das candidaturas submetidas pelos cidadãos para a recuperação das suas habitações próprias permanentes, do universo de 3758 candidaturas, informo que 1.016 já foram pagas pela CCDR Lvt, perfazendo o valor de 4.072.452,19€ e 242 candidaturas foram indeferidas pelo não cumprimento dos requisitos legais do ressarcimento dos danos. Das restantes aguardamos pelas análises externas ou pela junção de elementos pelos requerentes, estando 1.003 candidaturas do lado da CCDR Lvt para pagamento, já após validação pela câmara municipal, estando as restantes a aguardar a junção de elementos por parte dos municípios, sendo importante referir que contamos com o apoio de 44 técnicos externos para a análise dos formulários. Segundo os dados apurados pela estrutura de missão e CCDR Lvt, o concelho de Ourém é o município que tem este processo mais adiantado comparativamente com os outros concelhos igualmente impactados, sinal evidente do compromisso, da prioridade e urgência que demos internamente a este processo, tudo com o objetivo para que rapidamente os cidadãos vissem este apoio concretizado para a recuperação das suas casas. O Governo definiu como objetivo, ter todos os processos concluídos até ao dia 30 de junho, sendo que internamente definiu o prazo de 31 de maio para ter todos os processos despachados. -----



Para além deste trabalho de apoio aos cidadãos, mantemos o foco em recuperar igualmente os danos ocorridos nos espaços e infraestruturas públicas, procurando garantir financiamentos e soluções dentro do esforço do orçamento municipal. Após diversas reuniões de trabalho com as respetivas tutelas governativas, posso confirmar que, até este momento, já recebemos 4.357.765,00€ da CCDR Lvt, a título de auxílio financeiro, para serem executados na reparação de vias e demais equipamentos públicos, sendo um apoio absolutamente essencial para conseguirmos dar uma resposta mais célere e concluirmos estas situações, sem desequilibrar o orçamento municipal e os investimentos projetados para este exercício. -----

Noutra dimensão, mais precisamente relativamente à desobstrução de caminhos florestais e a retirada de material lenhoso no concelho, firmámos com a secretaria de estado das florestas, a constituição de uma AIGP 2.0 (Área Integrada da Gestão da Paisagem) para todo o nosso território (exceto na área onde se encontra constituída a AIGP – Serras do Norte), para que se possa constituir uma operação de limpeza de caminhos e zonas identificadas em cada freguesia, atenuando os efeitos ocorridos na nossa área florestal. Com esta constituição, fica assegurado para o concelho de Ourém, a transferência do valor de 3.660.362,00€ para financiar estes trabalhos num total de 2.915 hectares. Adianto ainda de que está em fase final, os trâmites legais da constituição da AIGP 2.0, pelo que e paralelamente, estamos já a trabalhar no início dos respetivos procedimentos concursais para a limpeza de caminhos e respetivas faixas, prioridade absoluta para o acesso às áreas florestais no combate aos incêndios. -----

Neste período foi ainda possível formalizar um contrato-programa entre o Fundo Ambiental, Agência Portuguesa do Ambiente e o nosso Município, com vista à execução de intervenções de emergência e reabilitação de infraestruturas e património ambiental no valor de 500.000,00€, destinando-se precisamente à reparação dos danos na ribeira de Seiça, no troço entre a Ponte do Regato e a Ponte dos Namorados. Esta ação prevê a recuperação de 1.250 metros de linha de água, com a reposição dos taludes e garantindo as condições de segurança e funcionalidade deste sistema. -----



Relativamente à componente do património cultural, mais precisamente para o castelo de Ourém, está em curso uma candidatura para a recuperação do património monumental e que visa restabelecer as condições para a reabertura do espaço de musealização no Paço, que desde as intempéries se encontra encerrado ao público, pelos severos danos ocorridos na cobertura. Mesmo não estando garantido o financiamento atrás referenciado, o Município já avançou com as obras necessárias de forma a que possamos reabrir o espaço, no próximo dia 04 de junho. -----

A par destes processos, a estrutura de missão para a reconstrução da região centro criada após as tempestades, disponibilizou uma plataforma de financiamento colaborativo (crowdfunding), para que entidades privadas e o mecenato, pudessem compartilhar intervenções em espaços e equipamentos públicos afetados. Com os serviços internos municipais decidimos apresentar alguns projetos, designadamente: Castelo de Ourém, Centro de Saúde de Caxarias, Escola Básica e Integrada da Freixianda, iluminação do Estádio Papa Francisco, pavilhões desportivos da escola IV Conde de Ourém e da escola secundária de Ourém e o CRO (Centro de recolha Oficial de Ourém). Deste conjunto de candidaturas, conseguimos até agora, que uma entidade apoiasse integralmente a candidatura do canil/gatil de Ourém, no valor de 100.000,00€, ficando mais uma vez evidente, a sensibilidade e a onda de solidariedade que temos sentido de todos perante a nossa situação e que garante que mais este equipamento seja recuperado. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Ourém recupera, mas também tem que avançar. É com base neste propósito que o executivo que lidero tem em curso um conjunto de intervenções que visa precisamente retomar a nossa dinâmica municipal. Recordo que das 9 vias cortadas sem possibilidade ou com constrangimentos na circulação, informo que iremos lançar os respetivos concursos e prevemos que em dois meses tenhamos todas estas estradas transitáveis. Como é compreensível estamos perante investimentos muito significativos e que agora são possíveis realizar em virtude do já referenciado apoio financeiro do governo. Além das situações viárias,



vamos concluir um conjunto de obras que retomaram o seu curso normal após este período de anormalidade, e que passo a identificar: -----

- Requalificação da Rua de Castela e Rua Gregório Correia, tal como a requalificação da EN 356 em Rio de Couros que serão inauguradas no próximo 20 de junho, tal como a entrada nascente na cidade de Ourém na EN113; -----
- Reabertura do castelo e espaço de musealização no Paço ao público, no dia 4 de junho;
- Conclusão e inauguração da creche das Louças, em meados do mês de maio; -----
- Conclusão da requalificação da Av. Irmã Lúcia de Jesus e a requalificação da 2.ª fase da Estrada de Minde, tudo na freguesia de Fátima e que serão formalmente inauguradas no dia 12 de julho aproveitando a efeméride das comemorações do dia da cidade; -----
- Requalificação da Rua Dr. Júlio Constantino em Fátima, com inauguração prevista no final do ano -----

Realçamos ainda um conjunto importante de obras que estão em curso um pouco por todo o concelho e que traduzem a nossa capacidade de investimento, nomeadamente: a Loja do Cidadão, a requalificação do Centro de Saúde e o prolongamento do Parque Dr. António Teixeira na cidade de Ourém, a ampliação da zona industrial da Chã/Urqueira, a empreitada de saneamento básico na freguesia de Urqueira e a construção do emissário entre a freguesia do Olival e Caxarias, a ampliação do parque desportivo em Fátima para a construção de dois campos sintéticos junto ao Estádio Papa Francisco, o procedimento de pavimentação em Fátima e, sem esquecer, os protocolos de apoio financeiro com as Juntas de Freguesia já celebrados para apoio ao investimento, como por exemplo, a construção da casa mortuária em S. Jorge na UF de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais ou a requalificação do edifício da escola da Lomba D'Égua para a nova biblioteca em Fátima. -----

Como temos uma visão de futuro, capacidade de planeamento e uma vontade de colocar Ourém num patamar de excelência, posso confirmar a V.ªs Ex.ªs de que estamos a preparar mais um vasto lote de empreitadas: requalificação da Av. Papa João XXIII, da Rua S. João Eudes e a requalificação da rua que liga a Av. Papa João XXIII e a Av. D. José Alves Correia



da Silva em Fátima, criação de um ascensor à vila medieval, recuperação da capela de S. Sebastião, empreitada de saneamento básico na zona do Alqueidão, novo edifício da rodoviária e requalificação da Rua da Serradas, ambas na cidade de Ourém. -----

Neste panorama das intervenções estruturais para o concelho de Ourém, permitam-me que recorde e destaque a recente inauguração do novo centro de saúde de Fátima no dia 26 de março, que contou com a presença da Sr.^a Ministra da Saúde, Dr.^a Ana Paula Martins. Muito mais do que a modernização das infraestruturas, este tipo de obra representa um investimento direto na qualidade de vida e na excelência dos cuidados de saúde prestados à nossa população. É isso que nos motiva, que nos faz ser mais ambiciosos, e nos transmite um sentimento que estamos mesmo a avançar para um futuro melhor. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Como já tive oportunidade de referir inicialmente, o nosso maior foco são as pessoas, e tudo estamos a fazer para que rapidamente possam ter os apoios para recuperar os danos nas suas casas. Contudo, e infelizmente, os efeitos da Kristin arrastaram alguns agregados familiares para condições de vulnerabilidade habitacional. Estas situações têm merecido o nosso acompanhamento pela equipa da ação social municipal e da utilização dos nossos apartamentos de emergência, aguardando que hajam boas notícias para a recuperação das casas destas famílias, que não têm quaisquer condições de segurança sem que hajam intervenções estruturais. Foi precisamente a questão da vulnerabilidade humana e habitacional que sinalizámos antecipadamente nos preparativos da presidência aberta pela região centro do país mais afetado, iniciativa de Sua Excelência, o Sr. Presidente da República. A visita à casa destruída na localidade de Sorieira, na freguesia de Seiça, com a presença do agregado familiar daquela habitação e de outras em iguais circunstâncias, foi uma mensagem que quisemos deixar sobre a realidade mais difícil de todo este processo. A presença do Sr. Presidente da República é significativa e importante para que os mecanismos para a recuperação destas habitações possam ser concretizados rapidamente e seja possível a retoma da normalidade na vida destas pessoas. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----



Apesar de todas as dificuldades, cumpre-nos enquanto entidade pública, transmitir ânimo e certeza quanto ao futuro da nossa comunidade, retomando a agenda de iniciativas culturais, recreativas e desportivas. Nesta responsabilidade, cabe-nos manter e reforçar o nosso apoio ao tecido associativo concelhio, assumindo esta tarefa uma missão central da nossa gestão autárquica, pelo valioso trabalho e importância que as associações desenvolvem nas suas comunidades locais. Neste desiderato, firmámos no 24 de abril, os protocolos de apoio ao associativismo, onde foi possível atribuir um montante de 744 mil euros, majorados em cerca de 12% face ao ano anterior. -----

Em paralelo com as iniciativas destas entidades, cumpre assinalar as iniciativas municipais, que mantiveram a adesão de participação da comunidade, como as atividades ligadas à semana santa, com o seu expoente máximo, a via sacra ao vivo na vila medieval. Permitam-me igualmente destacar as comemorações ligadas ao 25 de abril, este ano com a novidade da meia maratona em estafetas pela democracia, onde todas as freguesias participaram com atletas oriundos da sua freguesia para uma prova de 21km, desde a sua sede até aqui à frente dos antigos paços do concelho, associando a vertente desportiva a estas comemorações, numa versão complementar. Aproveito este momento para dar nota sobre o lançamento do cartaz da Feirourém 26, numa aposta clara em manter a qualidade artística e o interesse na participação de todos. -----

Ex.mo Sr. Presidente, caras e caros eleitos -----

Quero terminar esta minha intervenção, reiterando o meu compromisso para com todos, daremos tudo de nós para recolocar o nosso concelho nos parâmetros de excelência da qualidade de vida, da dinâmica empresarial e associativa, nunca esquecendo e apoiando aqueles que ficaram mais desprotegidos. “Ourém Respondeu, Recupera e Avança”. -----

Conto com todos!” -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo referidos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário -----

- Listagem de participações e reuniões de maior relevo -----
- Relatórios das diversas estruturas -----



Anexo	Nova Estrutura	Nomenclatura
Anexo A	Divisão de Gestão Financeira	DGF
Anexo A.i)	Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento	SCPA
Anexo B	Divisão de Recursos Humanos e Informática	DRHI
Anexo C	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	DOMSU
Anexo D	Divisão de Urbanismo e Território	DUT
Anexo D.i)	Serviço de Apoio Urbanístico	SAU
Anexo E	Divisão de Ação Cultural	DAC
Anexo F	Divisão de Educação	DE
Anexo G	Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	DAFCE
Anexo H	Divisão de Empreendedorismo e Turismo	DET
Anexo I	Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	DAS
Anexo J	Divisão de Projetos Técnicos	DPT
Anexo K	Gabinete Técnico Florestal	GTF
Anexo L	Serviço de Planeamento do Território	SPT
Anexo M	Serviço de Atividades Municipais	SAM
Anexo N	Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	SADJ
Anexo O	Serviço de Ação Social e Saúde	SASS
Anexo P	Gabinete de Imagem e Comunicação	GIC
Anexo Q	Divisão de Proteção Civil	DPC
Anexo R	Serviço de Fiscalização e Contencioso	SFC
Anexo S	Equipa Multidisciplinar – Habitação, Modernização Administrativa, Transportes e Trânsito	EMHMATT

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, Grupo Municipal PPD/PSD, referiu o seguinte: “Boa tarde. -----

Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, cumprimento todos os presentes. -----

O senhor Presidente da Câmara já deu aqui alguns números sobre os apoios relativos aos particulares concedidos na sequência da intempérie Kristin. São números significativos.

Parece-me que de facto, relativamente ao que está a aprovado, a CCDDR, se calhar, está um



bocadinho atrasada em relação aos pagamentos. Não quero que obviamente se pronuncie sobre isso, porque de facto é só uma constatação. No entanto, eu gostaria de saber, e penso que tem sido isso que tem sido feito, se a Câmara tem ajudado a preencher ou ajudou a preencher os formulários dos particulares. -----

E gostava também de questionar se, na vertente dos danos empresariais, tem havido empresas a pedir o apoio do Município, no que concerne a declarações que são necessárias e que são solicitadas por diferentes serviços nos pedidos de apoio. -----

E ainda, se tem sido fácil, na medida do possível, responder a esses pedidos, porque eu sei que há muita burocracia e, portanto, às vezes não é fácil responder. -----

Obrigada.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, referiu o seguinte: “Permitam-me, só neste ponto, dar aqui uma achega por conhecimento de causa do que está a acontecer em Portugal. -----

É de lamentar, e muito, algum tipo de aproveitamento de alguns cidadãos que, de forma ilícita, estão a tentar aproveitar-se de uma situação de crise. -----

Isto já aconteceu a propósito dos incêndios de Pedrógão Grande, em que vimos que houve vários cidadãos que se tentaram aproveitar e há relatos incríveis de tentativas de aproveitamento de cidadãos que entregam declarações falsas. -----

Tivemos conhecimento, há pouco tempo, de declarações com o uso de inteligência artificial para criar imagens falsas de danos falsos. Isto fez com que, da parte dos serviços das CCDR, houvesse aqui uma cautela, mais relevante na análise das candidaturas, porque o dinheiro que se está a dar, decorrente dos prejuízos individuais ou coletivos destas intempéries, é dinheiro público, é dinheiro que é retirado de outros investimentos para acautelar e socorrer a quem verdadeiramente precisa. -----

E, portanto, o apelo que eu deixava aqui era que, se alguém que nos esteja a ouvir e que tenha conhecimento de alguma dessas situações, que denuncie claramente, porque muitas candidaturas que são entregues e que são analisadas nas CCDR, muitas estão a ser rejeitadas



por questões fraudulentas, altamente fraudulentas e portanto, o que se pretende neste aspeto é ajudar verdadeiramente quem precisa. -----

E deixava apenas esta nota.” -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, Grupo Municipal PPD/PSD, referiu o seguinte: “Muito boa tarde a todos. -----

Queria apenas usar da palavra para, se me for permitido, fazer aqui uma pequena consideração. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara, -----

Senhores Vereadores, -----

Senhores Deputados Municipais. -----

Após a intervenção que acabámos de ouvir por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, importa aqui sublinhar aquilo que, objetivamente e com sentido de justiça, devemos todos reconhecer. -----

A resposta do Município de Ourém a esta intempérie, a esta tempestade que nos assolou, foi, desde o primeiro momento, marcada por três fatores essenciais. Achamos a rapidez, a proximidade e a responsabilidade. -----

Rapidez, porque houve uma capacidade imediata de mobilização dos meios no terreno, como vimos, num contexto particularmente exigente e com danos muito significativos e generalizados. -----

Proximidade, porque o Município esteve sempre presente junto das populações, das empresas e das instituições, acompanhando situações que foram muito concretas e ouvindo e avaliando e intervindo. -----

E responsabilidade, porque todo o processo, incluindo a análise destes pedidos de apoio e de indemnização, foi e está a ser conduzido com rigor, como o senhor Presidente da Assembleia Municipal também referiu, critério e equilíbrio, garantindo não só celeridade, mas também justiça nas decisões, rigor e critério neste apuramento. -----



E é esse ponto que merece especial destaque hoje aqui, Ourém, foi e é comparativamente, como o senhor Presidente da Câmara disse, através da comunicação da estrutura de missão, um dos concelhos mais céleres na resposta a estes pedidos apresentados e sem nunca comprometer a seriedade da avaliação que se pede neste momento. -----

Naturalmente, houve dificuldades, existem dificuldades. Seria irreal negá-lo perante a dimensão deste fenómeno. Mas aquilo que distinguimos e que distingue uma boa gestão não é a ausência destes problemas, é a forma como se responde a estes mesmos problemas. E, nesse aspeto, a atuação do Município foi muito clara, determinada e, acima de tudo, eficaz. ----

Por isso, em nome da bancada do PSD, deixamos aqui um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por todos os envolvidos, os eleitos aqui hoje presentes, técnicos e operacionais no terreno, que, em circunstâncias muito difíceis, estiveram à altura das exigências. Por isso, muito obrigado.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, Grupo Municipal PS, referiu o seguinte: “Boa tarde a todos. Mais uma vez os meus cumprimentos ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao senhor Presidente da Câmara, aos senhores vereadores, aos meus caros colegas membros desta Assembleia, aos colaboradores, à Comunicação Social e o público em geral. -----

Estive a ouvir com atenção a intervenção do senhor Presidente e é de facto de lamentar toda esta situação. Ainda bem que as coisas estão a acontecer, os problemas estão a ser resolvidos e a prioridade são realmente as pessoas que ficaram sem habitação e é isso que nós temos que dar prioridade. -----

A minha questão tem a ver mais com questões práticas do andamento do concelho. -----

Tenho tido aqui alguma preocupação relativamente a alguma sinalização de trânsito. Há vários semáforos com avarias. Uns estão completamente apagados, outros com luz amarelo intermitente. Perguntava se está prevista esta reparação e para quando. -----

Também há muita iluminação pública ainda por ligar, muitos cabos, postes e pessoas sem comunicações. Perguntava se tem alguma ideia para quando a reparação de todos estes equipamentos e infraestruturas? -----

Muito obrigada.” -----



= **MÓNICA FILIPA GASPAS FÁRIA**, Grupo Municipal PPD/PSD, referiu o seguinte: “Muito boa tarde. -----

Cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente. -----

Eu vou apenas colocar uma questão que considero pertinente, na sequência da intervenção do senhor Presidente e está relacionada com o estado das nossas florestas após a tempestade.

Uma vez que se está a aproximar a época crítica dos incêndios, pergunto se já foram tomadas, para além do que referiu, algumas medidas concretas para evitar situações menos agradáveis e, claro, a preservação do nosso património natural. -----

Obrigada.” -----

= **FILÍPE REMÍ CALLEBAUT MENDES**, Grupo Municipal PS, referiu o seguinte: “Cumprimento todos na figura do Presidente desta Mesa. -----

Gostava de perguntar ao senhor Presidente da Câmara como é que se sente verdadeiramente, depois de terem feitos três embargos à obra que está aí em questão, depois de ter havido queixas no Ministério Público e inclusive, ter havido a presença da GNR lá no sítio. -----

Como é que se sente verdadeiramente em lançar agora para a opinião pública um Plano de revisão duma coisa que manifestamente, há um ano atrás ou há dois anos atrás, não aceitava de forma nenhuma, a ponto de ter tido três embargos naquela obra. -----

Eu creio que há aqui uma série de contradições, mas gostava de ouvir da sua boca diretamente qual é que é a sua opinião em relação a este assunto. Que justificação é que tem para trazer este assunto agora à discussão. -----

Obrigado.” -----

= **LUÍS ALEXANDRE SERRAS DE SOUSA**, Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, referiu o seguinte: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Digníssima Mesa -----

Senhor Presidente Câmara, Senhores Vereadores, -----

Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia, -----

Público nos está a ouvir -----



Senhor Presidente, na sua comunicação falou de uma obra importante para a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, a questão do saneamento do Alqueidão e localidades envolventes. E a minha pergunta é, se nessa intervenção, já há alguma data prevista para o início das obras. -----

Obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: -----

“- Senhora deputada Ângela Marques. Fala aqui em três questões. Uma primeira sobre o atraso dos pagamentos da CCDR, uma segunda sobre a ajuda do preenchimento dos formulários e uma terceira sobre o apoio às declarações para as empresas. -----

Em relação à primeira questão, dizer-lhe que nós temos tido uma relação de proximidade muito grande com a CCDR LVT. Sábado, tivemos uma reunião em Santarém com a senhora Presidente da CCDR e com o senhor Vice-Presidente, o Dr. José Alho, nosso conterrâneo, e com os técnicos da CCDR LVT, no sentido de procurarmos encontrar formas de agilizar ainda mais todo o processo. O processo começou, mas, no início há sempre entropias, há sempre dúvidas, há sempre falta de esclarecimento. O certo é que, depois dessa reunião nós temos tido um avanço significativo tanto da parte da CCDR como também nos pagamentos que são feitos às pessoas. -----

Para lhe dar um exemplo, só durante o dia de ontem, ainda não recebi os dados de hoje que geralmente chegam por volta das 17h00/19h00, como dizia, só ontem foram despachados, foram pagos cerca de 100 processos. As coisas estão a andar mais rapidamente e também, como tive a oportunidade de dizer na minha na minha comunicação, estabelecemos aqui um prazo, se calhar ambicioso, demasiado ambicioso, mas o Governo estabeleceu o prazo final de 30 de junho para ter todos os processos encerrados, o que significa pagos. E nós aqui, internamente, estabelecemos o prazo de 31 de maio para termos isso concluído e por isso estamos a trabalhar em conjunto com a CCDR para que isso possa acontecer. Dizer que tem sido um bom trabalho, porque efetivamente também sentimos do outro lado vontade de regularizar estas situações. -----



Sempre que nos foi pedida ajuda, nós ajudámos as pessoas que se dirigiram à Câmara Municipal, como também às Juntas de Freguesia. Também um reconhecimento muito grande aos senhores Presidentes e a todos os serviços administrativos das Juntas de Freguesia, que estiveram sempre disponíveis para ajudar as pessoas a preencher os formulários. Tenho a certeza que ninguém deixou de efetuar qualquer tipo de participação por ter dificuldades no seu preenchimento e, portanto, esse foi também uma situação que acompanhámos. -----

A terceira questão, apoiar as declarações das empresas. Quando me colocaram a questão a primeira vez, e corroborando um pouco aquilo que o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse, perguntaram se bastava que através de fotografias, validasse essas declarações. Disse que não, de todo. Teríamos sempre ir ao local. E o que está a acontecer, por acaso, ainda hoje assinei duas declarações de empresas já devidamente certificados, com a presença de dois técnicos, um da parte do Turismo e um da parte mais vocacionada para as obras, mais um engenheiro, para que eles possam no local verificar e confirmar que efetivamente, aqueles estragos que estão a ser reportados pelas empresas correspondem à verdade, porque infelizmente, há muita gente que ainda se quer aproveitar deste tipo de situações. -----

Não estou aqui a dizer que todos os que foram validados estão certos, que os valores estão corretos porque isso é muito difícil de fazer, mas temos procurado, e agora tocando um pouco na intervenção do senhor deputado João Catarino, ter rigor, ter equilíbrio e ter o máximo de justiça possível, porque estamos a falar de dinheiro dos contribuintes, estamos a falar de dinheiro do Estado. E todos sabemos aquilo que se passou, não há muitos anos, aqui bem perto, também com situações idênticas e os problemas que houve e que continuam a haver ainda por resolver dessa situação. E obviamente que nós temos que estar precavidos para isso e por isso foram dadas essas indicações. Temos procurado ter o maior cuidado possível, não escamoteando que poderá haver, em 3.700 candidaturas individuais e em dezenas de candidaturas das empresas, alguma situação que possa escapar, porque humanamente, isso também não é possível de controlar em tão pouco tempo. -----



Dizer que estamos atentos, estamos a passar declarações, mas só depois de serem vistoriadas e vistas no local por técnicos municipais. -----

- Senhor deputado João Catarino, agradeço-lhe as palavras e já respondi também. -----

- Senhora deputada Helena Pereira, dizer-lhe que as suas preocupações são também as minhas, são as nossas, como é óbvio, e ninguém mais do que nós, quereria que tudo aquilo que aqui referiu já estivesse em pleno funcionamento. -----

Ainda hoje de manhã tive uma reunião com o senhor Vice-Presidente, Vereador Rui Vital, ontem, também falei com o nosso chefe das obras municipais, porque entendo que é tempo demais para que os semáforos não estejam ainda reparados. Faz hoje precisamente 90 dias e eles já deveriam estar todos reparados. Infelizmente, os processos administrativos nem sempre decorrem como nós gostaríamos que corressem, mas estão a andar. -----

Hoje mesmo passei num local aqui em Ourém, no cruzamento dos Bombeiros, onde estavam técnicos municipais a reparar aqueles equipamentos e, portanto, penso que, em muito curto prazo, todos os semáforos do Município ficarão reparados porque muitos deles ficaram com avarias de funcionamento, mas muitos deles também, como podem ver, ficaram com as peças completamente deterioradas e foi necessário adquirir, foi necessário fazer todo o processo administrativo, e isso por vezes demora algum tempo. -----

Mas como lhe disse, estamos também preocupados, não estamos satisfeitos com essa situação porque, na nossa opinião, já deviam estar reparados. Estamos a ver se concluímos, o mais rapidamente possível essas reparações. -----

Em relação à iluminação pública. É uma preocupação muito grande que temos. Ontem de manhã, solicitei internamente que fizessem um levantamento de quatro ou cinco situações que eu próprio identifiquei. Há muitas mais. Por exemplo, recorde-me de situações que identifiquei, aqui na cidade de Ourém, postes que estão derrubados, o que não pode acontecer. Falo também, e por exemplo, na Maxieira, há três meses que a iluminação pública está ligada de dia e de noite. É inadmissível isso continuar a acontecer. Estou a falar em Fátima, situações que ali existem, postes que continuam também no chão. Não pode, de maneira nenhuma, o facto da iluminação pública, em muitos lados, estar completamente inoperacional e, por isso, pedi para



fazerem rapidamente, até ao final desta semana, esse levantamento para que eu próprio possa falar diretamente com os mais altos responsáveis da E Redes, para que eles rapidamente coloquem equipas no terreno para resolverem estas questões. -----

Em relação às comunicações. O que lhe posso dizer é a informação que tenho das operadoras, e tenho aqui essa informação. Relativamente às comunicações móveis, a indicação que dão é que os problemas estão todos resolvidos. Poderá ainda haver alguma situação e se conhecer alguma em particular, de comunicações móveis, que nos transmitem para que nós possamos também transmitir às operadoras. Aquilo que me dizem é que as situações estão resolvidas. ---

Em relação aos serviços fixos, televisão, internet, entre outras coisas. Para termos uma ideia, da MEO ficaram afetadas, no dia 28 de janeiro, 4.327 pessoas. No dia 26 de março, dois meses depois, continuavam por resolver 1.082 situações e a 26 de abril estavam por resolver 518 situações. Portanto, em relação à MEO, é o ponto de situação, sendo que nos dizem que, até ao dia 15 de maio, todas as situações ficarão resolvidas. -----

Em relação à NOS, e passo a publicidade aqui das diversas operadoras, ficaram afetados no dia 28 de janeiro, 3.300 pessoas, no dia 17 de abril estavam por resolver 262. A reposição total espera-se que ocorra durante o mês de junho. -----

Em relação à Vodafone, não tenho aqui o número total de pessoas que ficaram afetadas. O que lhes posso dizer é que, de acordo com a informação que me deram hoje mesmo, há cerca de 100 clientes ainda com os serviços afetados, prevendo-se que nos próximos 15 dias a reposição total dos serviços. -----

Neste momento, poderemos ter cerca de 900 pessoas ainda com serviços afetados, prevendo-se, de acordo com as operadoras, que até ao final, algumas delas até ao dia 15 de maio e outras durante o mês de junho, que as situações fiquem totalmente resolvidas. Temos pressionado, dentro do que é possível, as operadoras, por isso, este reporte. -----

A título de exemplo, todos os dias há uma operadora que me envia os locais onde estão a intervir nesse dia e eu passo essa informação às Juntas de Freguesia para que elas possam também acompanhar, no terreno, essas reposições. -----



E, portanto, é este o caminho que temos procurado fazer, o mais rapidamente possível, para que as pessoas possam finalmente ter acesso às suas comunicações a que tinham direito e que foram retiradas no passado dia 28 de janeiro. -----

- Senhora deputada Mónica Faria, fala no estado da floresta e na obstrução dos caminhos florestais. Essa é talvez uma das nossas maiores preocupações que temos hoje em mãos. Nós ficámos com mais de 1.500km de floresta totalmente obstruídos. Temos à porta o verão, uma época onde os incêndios que não costumam ser, digamos, meigos aqui no nosso concelho. ----

E por isso, aproveitando esta situação que eu também referi na minha intervenção da constituição de uma AIGP 2.0, onde iremos ter disponíveis 3.660.000 € para desobstruir vias e caminhos municipais e para pagar 1.500 € por hectare aos proprietários. -----

E aqui é bom esclarecer, não a todos, apenas aqueles que estão dentro dos polígonos que foram identificados pelo ICNF, foram publicados editais, foram apresentados aos senhores Presidentes de Freguesias, os polígonos que estão referenciados. Dentro desses polígonos iremos pagar até 1.500 € às pessoas que limpem os seus terrenos e, comprovadamente, sejam os donos do terreno e obviamente que iremos verificar no local, fiscalizando se o terreno foi ou não limpo. Além disso, poderá acontecer que um determinado polígono, com determinada área, ao lado desse polígono há um proprietário que também tem o terreno por limpar, mas que não está integrado nesse polígono e nós não lhe podemos pagar. Mas não fomos nós que identificámos essas áreas, foi o ICNF e temos de respeitar aquilo que foi dito pelo ICNF e, portanto, isso poderá acontecer e vai acontecer quase de certeza absoluta. -----

Como disse, nós não temos qualquer tipo de responsabilidade nisso, embora obviamente que a responsabilidade nos vá ser assacada, mas já estamos habituados a isso e saberemos, com certeza, lidar com isso. -----

Além disso e ainda para isso, estamos a preparar quatro lotes de limpeza que só poderão ser contratualizados após a aprovação da revisão orçamental que hoje aqui será submetida à vossa apreciação para contratar estes quatro lotes, para que esses quatro lotes possam rapidamente entrar nesses terrenos, nessas vias, para a sua desobstrução. Perguntam-me porquê quatro lotes? Porque entendemos que se fizéssemos um único lote era apenas uma



empresa que andava no terreno todo a fazer esse trabalho. Dividimos em quatro para conseguir encontrar quatro empresas que, em simultâneo, pudessem desimpedir e desobstruir essas faixas. E por isso, é esse trabalho que estamos a fazer. Pensamos que, a partir do dia 18 de maio, conseguiremos ter empresas no terreno, na desobstrução e dizem-nos que, durante 30 dias conseguirão desobstruir todos esses caminhos florestais que estão incluídos dentro desses tais polígonos. -----

A par disso, foi também possível, depois de muita insistência nossa, que a partir de ontem mesmo, estejam 16 pessoas no terreno. Ao dia de hoje, há mais oito já a trabalhar, que eu saiba, nas freguesias de Nossa Senhora da Piedade, Olival, Nossa Senhora das Misericórdias e Atouguia, para desobstruir caminhos que não estão incluídos dentro destes polígonos. -----

É importante que isso possa acontecer porque, como disse, os polígonos estão identificados pelo ICNF, mas sabemos que existe muito material lenhoso, existem muitos caminhos florestais que estão fora dessas áreas e que precisam de ser limpos. Por isso, foi possível trazer até nós cerca de 25 elementos da GNR para trabalharem. E aquilo que me dizem, da experiência de ontem, é que eles fazem um excelente trabalho. Estão no terreno e esperamos que nós possamos continuar aqui com eles e alarga-los a outras freguesias também em simultâneo. Temos aqui connosco a nossa equipa de sapadores florestais que está em permanência no terreno a desobstruir vias florestais e têm vindo mais duas equipas das nossas CIM, dos sapadores florestais que também aqui têm estado connosco, noutras freguesias a desimpedir outros caminhos. -----

Senhora deputada, a sua preocupação é também a nossa preocupação, mas penso que estamos a trabalhar para que também aqui, rapidamente, possamos ter, a totalidade será difícil, mas uma grande maioria dos caminhos florestais totalmente desimpedidos para que, em caso necessidade, os bombeiros possam operar no combate aos incêndios florestais do próximo Verão. -----

Senhor deputado Luís Sousa, Presidente de Junta de Nossa Senhora da Piedade, coloca aqui a questão do saneamento no Alqueidão. É uma preocupação porque, efetivamente é um



processo que já foi adjudicado, há algum tempo, através da Empresa Intermunicipal Tejo Ambiente, para a execução das redes de saneamento no Alqueidão. -----

Houve aqui algum atraso porque o financiamento que temos previsto para este processo, só a semana passada, é que foi aprovado e por isso estamos agora em condições de fazer a consignação com a empresa. Estive de manhã na Tejo Ambiente e aquilo que se prevê é que as obras possam iniciar-se no próximo dia 25 de maio, daqui a sensivelmente um mês, para que finalmente toda aquela zona possa ter as obras de que efetivamente necessitamos. -----

- Senhor deputado Filipe Mendes, coloca aqui uma questão que tem a ver com a alteração ao PDM. Agradeço a sua pergunta porque permite-me esclarecer aqui algumas situações. Começar por corrigir, se é que me permite que isso possa acontecer, o senhor deputado Nuno Baptista, não estamos a falar de uma revisão, mas de uma alteração. -----

O senhor deputado disse, na sua intervenção que era uma revisão. Não é nada disso que se trata. É sim, uma alteração, são coisas totalmente diferentes, uma coisa não tem nada a ver com a outra. -----

Depois também falou aqui que diversas pessoas e diversos grupos de pessoas têm manifestado junto da Câmara Municipal a intenção de promovermos a consulta pública. Também corrijo, não é um grupo de pessoas, é um grupo político que faz parte da Junta de Freguesia de Fátima que manifestou essa vontade. Mais ninguém, até ao momento, nos manifestou essa intenção. -----

E terceira situação, dizer que também já temos 179 participações, o que significa que, mesmo não existindo qualquer tipo de esclarecimento público, as pessoas estão devidamente elucidadas e esclarecidas sobre aquilo que podem ou entendem fazer. Como tive oportunidade de dizer aqui na Assembleia, na reunião de líderes, muitas das sugestões que estão a ser apresentadas não têm enquadramento neste processo. Mas, as pessoas sabem que está a decorrer este processo e estão a apresentar aquilo que entendem como reclamações ou sugestões, portanto, parece-me que isso é bem elucidativo pelo número de participações que já temos, como disse, até ao dia de hoje, temos 179 participações. -----



Se virmos, quando foi do processo de revisão do PDM, um processo amplo, tivemos cerca de 1000 participações. Agora, só neste processo de alteração, e ainda faltam três semanas para terminar, parece-me que o processo está a andar também bem e que as pessoas estão devidamente elucidadas sobre aquilo que está em causa. -----

Sobre o processo de alteração, e aproveitando a pergunta do senhor deputado Filipe Mendes, gostaria de dizer o seguinte. -----

Depois de três embargos, depois de tudo aquilo que se passou, estamos a falar na situação do Grupo Verdasca, obviamente que não posso estar satisfeito, porque demonstra a impotência de um órgão como uma Câmara Municipal de poder parar obras, mesmo com embargos. Portanto, eu não sou polícia, não posso colocar-me à frente das máquinas de qualquer empresa para impedir que ela continue a fazer obras, mesmo depois de embargadas. -----

O que lhe posso dizer, é que lamento muito que isso tenha acontecido e que nós sejamos impotentes para poder fazer mais alguma coisa do que aquilo que fizemos. Nós atuámos de acordo com a Lei, cumprimos, embargámos, comunicámos a quem de direito aquilo que estava a acontecer. Portanto, se nem nós, e recorro que a CCDR também embargou e não teve também sucesso, é uma situação que eu acho que, até se calhar a nível nacional, se deveria ver como se pode, no futuro, evitar que este tipo de situações aconteça. Portanto, partilho das suas preocupações e partilho da impotência de um órgão municipal poder fazer mais do que aquilo que fez. -----

Depois dar conta, de uma forma muito resumida e também aproveitando este fórum, e dar alguns esclarecimentos. -----

A alteração do PDM foi publicada num Aviso no dia 9 de novembro de 2022. O período discussão pública é de 1 de abril, está a decorrer de 1 de abril até ao dia 15 de maio. E a data limite para a conclusão deste procedimento é dia 7 de outubro de 2026, o que significa que, até esta data, a Assembleia Municipal terá que se pronunciar sobre a proposta final que aqui vier a ser apresentada. -----

Dizer que a proposta que foi submetida à discussão pública, foi validada por todas as entidades que a trabalharam e que se pronunciaram neste âmbito. Estamos a falar do ICNF, estamos a



falar de RAN, estamos a falar de REN, estamos a falar de APA, estamos a falar de AIP, estamos a falar de IP. Todas se pronunciaram favoravelmente a esta proposta que está em curso e, portanto, se todas estas entidades, que são extremamente rigorosas na apreciação destes documentos, se pronunciaram favoravelmente sobre as questões que estão neste momento em apreço, é porque elas, todas elas, reúnem condições para poderem ser legalizadas. -----

Dizer também ao senhor deputado Nuno Baptista, que também referiu na sua intervenção que este processo é mesmo para isso. Nós estamos disponíveis, tenho pena que mais empresas não tenham vindo ao processo de elaboração da proposta para poder regularizar muitas situações. Se é verdade que se fala aqui muito na situação do Grupo Verdasca, porque foi o mais mediático, tenho aqui, se quiserem eu posso ler o nome de todas as empresas que estão incluídas neste processo, sendo que, se calhar 90%, tem também a ver com processo de legalização de situações que estão em curso e que também já aconteceram. Portanto, não é só da situação dos Verdascas, que isso fique bem claro, é de todas as situações que aqui aconteceram. -----

Dizia eu, este processo foi iniciado para proceder à correção do artigo 28, referidas zonas ameaçadas pelas cheias, de modo a ali interditar a instalação de edifícios existentes, a possibilidade de instalar equipamentos, designadamente equipamentos hospitalares e de saúde escolares, de reclusão e de gestão de emergência e de socorro. Isto quer dizer que hoje há edifícios que já estão há muito tempo instalados em zonas ameaçadas por cheias e que, com esta alteração, vamos impedir que esses mesmos edifícios possam ter alguns destes bens ali instalados. -----

Segundo, corrigir algumas coisas regulamentadas e identificadas pela nossa Divisão de Gestão Urbanística. -----

Terceiro, proceder à alteração, por adaptação ao Programa Especial do Parque Natural das Serras d'Aire, ao Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais e aos Planos de Urbanização de Ourém e Fátima. -----



Quarto, ponderar a alteração de classificação e qualificação do solo para empresas existentes, com necessidade de ampliação das suas instalações. Aquilo que já referi. -----

Quinto. No seguimento da alteração aprovado pelo Decreto-Lei de 29 de março de 2021, recordo que este processo de alteração do PDM só foi possível porque o Governo de então, na altura liderado pelo Dr. António Costa, permitiu que as Câmaras pudessem fazer isto, é o Decreto-Lei n.º 25/2021, de 29 de março, que possibilitou que houvesse reclassificação do solo na contiguidade de solos urbanos, destinado à instalação de atividades de natureza industrial, de armazenagem ou logística e aos respetivos serviços de apoio, através da elaboração de revisão ou alteração de Plano Territorial. -----

Portanto, foi com base neste Decreto-Lei que nós iniciámos esta alteração do PDM. -----

E também esta alteração do PDM vai permitir que três aglomerados populacionais sejam regularizados. Recordo, e está aqui o senhor Presidente de Junta de Matas, que não é o mesmo da altura que era o senhor Virgílio Dias, agora é o senhor Agostinho Gameiro, mas recordo-me perfeitamente, aquando da revisão do PDM, levantou aqui a questão do Outeiro das Gameiras. Essa situação também vai agora ficar regularizada neste processo, assim como as situações do Brejo no Olival e nas Louças, que não puderam ser considerados na revisão do PDM, vão também agora aqui ser considerados neste projeto de alteração que estamos agora aqui a encetar. -----

Deram entrada, como já vos disse, 179 participações. As freguesias com maior número de participações temos Nossa Senhora da Piedade com 33; Urqueira com 21; Nossa Senhora das Misericórdias com 17; Fátima com 16, sendo que a única freguesia que até ao momento não apresentou qualquer sugestão é a freguesia de Gondemaria. -----

Dizer-vos, de acordo com aquilo que nos fizeram chegar, estas empresas que apresentaram estas sugestões de alteração preveem executar nos próximos quatro anos. -----

Também é importante dizer porque nestas áreas, se a Assembleia assim aprovar, será permitido serem construídas e que as empresas possam alargar as suas atividades, as suas instalações, têm quatro anos para o fazer. Caso não o façam em quatro anos, esta alteração



do solo será novamente revertida para solo rústico, precisamente para que as empresas que têm manifestado essa intenção possam rapidamente executar esses investimentos. -----

Dizer-lhes que, de acordo com aquilo que eu estava a dizer, que as empresas nos apresentaram, estamos a falar num investimento no valor de cerca de 100 milhões € que as empresas devem fazer nos próximos quatro anos, algumas já feitas, por força das legalizações com recurso, para regularizar as instalações que têm nas suas atuais instalações para resolver o problema. -----

Muito obrigado” -----

----- Aberto um segundo período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **ALEXANDRE MANUEL GASPAS FARIA**, Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, expôs o seguinte: “Boa tarde senhor Presidente. -----

Boa tarde a todos. -----

O senhor Presidente falou, há pouco, sobre as obras do ascensor e temos ouvido falar bastante, quer na comunicação social, quer nas redes sociais. Gostaria de saber se há novidades sobre a empreitada ou o que é que tem para nos dizer. -----

Obrigado.” -----

= **DAVID ALVES PEREIRA**, Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, -----

Senhoras e senhores Deputados -----

Público presente. -----

Queria questionar o senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação do Buppi no nosso concelho. -----

Obrigado.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, só uma questão relativamente àquilo que estava há pouco a referir por causa da obstrução dos caminhos florestais. -----



São quatro lotes e a minha questão é a seguinte, a desobstrução é fundamental para que as pessoas possam ir até aos terrenos e fazer a limpeza dos seus próprios terrenos. -----

Eu sei que há muita falta de mão de obra, pessoas que não têm possibilidade de poder mandar limpar os seus terrenos, muitas pessoas são idosas, não têm nem meios económicos nem meios físicos para poder limpar. -----

A minha questão é a seguinte, será que depois desta desobstrução das vias, não é fundamental haver também aqui estas equipas que ajudem a população a limpar os seus próprios terrenos, porque sem a limpeza dos terrenos, o problema mantém-se. A desobstrução em si ajuda o acesso, mas se houver um incêndio, nós sabemos que o problema está lá, e é complicado. -----

A outra questão tem a ver com estes apoios, relativamente à limpeza dos terrenos. Perguntava se é só para os proprietários com terrenos com área superior a um hectare ou se as pessoas com terrenos com área inferior a um hectare podem também ter acesso a estes apoios, na proporção, que eventualmente possam fazer o cálculo. -----

Muito obrigado.” -----

= **SÉRGIO MANUEL GAMEIRO FERNANDES**, Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Gostaria de falar aqui de um tema que diz respeito a todos nós, ao concelho e também ao país. Mas, vamos falar mais do nosso, que é a Saúde. E gostaria de falar do Centro de Saúde de Caxarias. -----

Quando foram as eleições, em outubro, havia uma necessidade imensa de médicos no Centro de Saúde de Caxarias, como em todo o concelho. E hoje, já temos médicos. Isto leva-me também a agradecer à Câmara o esforço imenso que tem feito no projeto da Bata Branca e mais recentemente, do projeto Teleconsulta. Este último começou há pouco tempo, mas tenho estado atento e todas as semanas vou perguntando como é que está a decorrer e, está a decorrer muito bem. -----

Por isso, gostaria de dar os parabéns ao Município pelo esforço que tem feito nestes projetos, tanto no da Bata Branca como no da Teleconsulta. -----



Mas, também não quero deixar de perguntar ao senhor Presidente, e estou a falar do Centro de Saúde que Caxarias que é da minha Freguesia, como é que está a decorrer nos outros centros de saúde do concelho de Ourém. Como é que está neste momento a questão da Saúde no concelho de Ourém. -----

Obrigado.” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Câmara, deixe-me para já fazer uma pequena introdução. -----

Voltando à questão da Kristin e da recuperação, deixe-me dizer que, como eu disse aqui há dois meses atrás, o Estado Central prometeu e prometeu prazos rápidos e depois empurrou tudo para as autarquias. Inclusive tivemos um ministro a culpar os autarcas dos atrasos. Qualquer dia temos que voltar à questão da regionalização ou tirar o poder central, o poder todo de Lisboa. Acho que o caminho é por aí. -----

Percebo perfeitamente os cuidados que o senhor Presidente de Câmara e todos os outros autarcas, têm na questão de assinar os despachos, de concordar com os danos. -----

Como disse, todos nos lembramos de Pedrógão Grande e lembramos que, se algum dia estes processos chegarem ao Tribunal, vão chegar daqui a cinco ou seis anos, quando já ninguém se lembrar do que aconteceu, quando já foi uma coisa muito longínqua, o senhor Presidente da Câmara, como foi no caso, assinou um despacho a dizer que era uma primeira habitação. E cinco ou seis anos depois, quando chegou ao Tribunal, nos meios de comunicação social e para toda a gente era um “bandido”, estava feito com aquilo tudo. Portanto, percebo perfeitamente os seus cuidados. Os alertas feitos pelo senhor Presidente da Assembleia e feitos por si fazem sentido na questão do aproveitamento. -----

Denoto pelos números que disse que menos de 7% dos pedidos foram recusados. Portanto, não sendo um número maravilhoso, é um número aceitável, ou seja, no meio disto tudo, há sempre aproveitamentos. -----

E tendo em conta que só temos um terço dos pedidos pagos, três meses depois, diziam três dias depois. -----



Mas, as minhas perguntas são mais uma questão ao senhor Presidente. -----

Como tem andado no terreno, eu tenho ouvido também muito da comunicação social, como de alguns empresários, que a questão das empresas não é uma coisa diretamente relacionada com o Município. -----

Não é a questão dos atestados que passou, é a questão do ponto de situação das empresas. Como é que estamos. Há vários autarcas seus colegas, que dizem que vamos ter problemas económicos graves. Há empresas que vão receber os seguros e já não vão abrir. Se vai aumentar o desemprego. Qual é o seu feedback do nosso concelho? Não lhe peço dos outros, do geral, mas peço do nosso concelho. Vamos ter um problema de desemprego? Vamos ter empresas que já não vão reabrir depois disto? -----

Pela sua audição dos empresários, o que é que tem a dizer? Como não falou na sua comunicação e parece-me que é uma problemática interessante.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: ----

“- Senhor deputado e Presidente de Junta Freguesia das Misericórdias, Alexandre Faria. A questão do ascensor do Castelo é um processo que se vem arrastando há algum tempo. Corroborando aqui um pouco o que o senhor deputado Nuno Baptista agora acabou de dizer, as burocracias a nível central são terríveis e nós, para podermos ali intervir e lançarmos o concurso, tínhamos que ter um reconhecimento passado por um membro do governo e assinado, penso que por dois ou três secretários de Estado, porque aquela zona onde o ascensor irá passar é uma zona de Reserva Ecológica Nacional. Esse reconhecimento foi obtido recentemente, há cerca de 15 dias. Portanto, essa situação está ultrapassada. -----

Em simultâneo, temos um financiamento aprovado, portanto, nós tínhamos reservado para este investimento cerca de 1.700.000 €. Tenho a promessa e penso que a garantia do senhor Presidente da CCDR Centro de que o Aviso irá abrir muito rapidamente e logo que ele abra, penso que, nos próximos dias, teremos condições para avançar com o concurso público para esta intervenção. -----

Portanto, dizer-lhe que faltará apenas que esse Aviso possa ser aberto para que depois possamos avançar com este investimento que é um investimento relevante, um investimento



que é uma ambição antiga, infelizmente, de uma pessoa que também já cá não está e que hoje já aqui foi homenageada, também fez sempre muita questão de que este investimento fosse realizado. Penso que nos próximos três meses, e não estarei com certeza a errar muito, haverá condições para que nós possamos lançar o concurso. E mais para o final do ano, talvez início do outono, penso que poderá haver condições para iniciarmos finalmente a obra. -----

- Senhor deputado David Pereira. O Buppi é uma situação importante. -----

É uma situação que não tem sido fácil, até mesmo aqui para nós, em termos de gestão, porque nós inicialmente tínhamos técnicos contratados diretamente e depois disseram-nos que talvez fosse melhor contratar uma empresa. Foi o que fizemos, mas não decorreu bem porque a empresa não correspondeu às nossas expectativas e então tivemos que retomar a nossa decisão inicial, contratando novos técnicos. -----

Neste momento, temos já três técnicos a trabalhar aqui em Ourém. Irão começar, a partir da próxima semana, a ir a Caxarias e à Freixianda, para que também ali possam fazer buppis, uma vez por semana, em cada um destes locais. Irão também para Fátima, para o Estádio Municipal e estamos a ver se conseguimos acelerar, porque até setembro temos ainda gratuidade dos buppis e queremos, obviamente ter mais gente no terreno para que possamos fazer o maior número de grupos possíveis. -----

Dizer que, neste momento, temos já georreferenciados 31.086 RGG e feitos 29.435 buppis. Não é ainda o número que gostaríamos de ter, mas já é um número significativo que já nos permite identificar muitas situações que, por vezes são precisas identificar, para que possamos limpar terrenos. -----

E agora também veio uma alteração legislativa, por enquanto só para este período, mas que se deveria estender a mais tempo. Isto por causa dos RGPD, porque é preciso também ter cuidado com isto, neste período possamos também consultar os buppis para efeitos de identificação dos proprietários para procederem às limpezas dos terrenos. -----

Estamos a andar, não com a velocidade que gostaríamos, mas que já temos aqui um número significativo de buppis feitos. -----



- Senhora deputada Helena Pereira. Reiterando aquilo que disse, os 1.500 € por hectare são só para os proprietários que estão dentro daqueles polígonos definidos, não é para todos, que fique bem claro. -----

Obviamente, a resposta à sua questão é sim. Se for menos do que um hectare, será feita a devida proporção com os metros que forem limpos e fazendo uma regra de três simples com os tais 1.500 € por hectare, portanto, isso está devidamente sinalizado. -----

A falta de mão de obra, obviamente temos bem noção disso, penso que estamos a trabalhar para que estes quatro lotes não fiquem desertos, porque só assim é que conseguiremos ter acesso e ter rapidez também na limpeza que é necessária fazer nos próximos tempos. -----

- Senhor deputado Sérgio Fernandes, Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias. Em relação à Saúde, conforme disse, é um problema grande que temos procurado enfrentar e procurado minimizar, com recursos que não são nossos. Como sabemos não são as câmaras municipais que são as responsáveis pela colocação de médicos nos centros de saúde, mas temos ido um pouco além daquilo que são as nossas responsabilidades, não só com o projeto Bata Branca, chegámos a ter nove, dez médicos, hoje temos sete. Estamos a falar de médicos reformados, estamos a falar de médicos que não estão ligados ao SNS, que podem, em qualquer altura, mudar a sua situação. -----

Como sentimos que havia menos médicos, propusemos à ULS contratação de horas através da Bata Branca para o sistema de Teleconsulta e, efetivamente, está a ser um sucesso. -----

Ainda no domingo passado estive com uma enfermeira do Posto de Saúde de Rio de Cores que me disse, “deixem continuar teleconsulta porque nós hoje estamos em dia, as pessoas estão muito satisfeitas com o serviço e hoje não temos atendimentos em atraso, o que já não acontecia há largos meses” e por isso é uma solução que foi encontrada que me parece estar a resultar muito bem e que tudo faremos para que ela possa continuar. -----

A título de exemplo, durante o ano de 2025, a informação que tenho é que foram feitas cerca de 3.500 consultas no regime de teleconsulta e que, neste momento, temos através da ULS, 50 horas contratualizadas no Centro de Saúde de Ourém, 27 horas em Caxarias e 27 horas no



Olival. E através do projeto Bata Branca, também teleconsulta, temos 60 horas/mensais em Rio de Couros, 60 horas/mensais em Atouguia, 60 horas/mensais em Ourém. -----

Muito recentemente, o senhor Presidente União Freguesias de Freixianda manifestou também a sua preocupação, porque a Freixianda também está carenciada de mais algumas horas. Disse-lhes que iríamos tentar, dentro destas horas disponíveis, alocar também algum médico a um sistema de teleconsulta na Freixianda, porque me parece que isso também pode ser importante. Obviamente, quando a manta é curta, ela estica-se de um lado e destapa do outro, mas iremos procurar, porque me parece que poderá haver aqui algum desequilíbrio, nomeadamente no Olival, porque o sistema de teleconsulta começou quando a médica do SNS que está ali a tempo inteiro esteve de baixa por força de um período de maternidade, tendo regressado recentemente. Portanto, penso que se poderá alocar algumas dessas horas a outras extensões que possam eventualmente estar menos protegidas com assistência médica.

Dizer que, neste momento, parece-me que as coisas estão muito mais calmas ao nível de prestação de cuidados primários de saúde. Não estão ainda, obviamente no ideal, esperando que o concurso que está, neste momento, a decorrer possa alocar mais algum médico ao concelho de Ourém, que seria efetivamente o ideal, porque, neste momento, está a faltar um médico para que possamos ter aqui finalmente e novamente uma USF na sede do concelho e temos a esperança que isso possa acontecer, já a curto prazo. -----

- Senhor deputado Nuno Baptista. Em relação à tempestade Kristin, a questão das empresas não é uma situação que nós saibamos em permanência. Temos procurado acompanhar junto do nosso Espaço Empresa ir acompanhando. -----

Não tenho conhecimento de que haja alguma empresa no nosso concelho que esteja com esse problema. Não quer dizer que não haja, mas eu pessoalmente não tenho esse conhecimento. Dizer-lhe que o Governo disponibilizou alguns apoios diretos às empresas, nomeadamente, o layoff, as isenções da Segurança Social, o pagamento em prestações, o adiamento das moratórias junto dos Bancos. E penso que ajudou as empresas neste período de transição. ----



Sei que as entidades intermunicipais do Médio Tejo, de Leiria e da Lezíria, não sei se é Lezíria, mas penso que sim, solicitaram uma prorrogação do prazo até junho, destes apoios às empresas, mas não sei se o Governo irá conceder ou não. -----

É o que lhe posso dizer em relação a esta situação. -----

Muito obrigado.” -----

02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2025 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 37967/2026**, datado de **2026.04.22**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.04.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da informação registada sob o n.º 34.837/2026, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** remeteu a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão do Município, referentes ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Tomando a palavra, o **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** fez uma breve apresentação sobre os principais pontos da matéria em análise. -----

----- Finda a exposição, o Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição proferida, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----



= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante do Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, depois, no final, farei chegar uma declaração de voto, por escrito. -----

Há aqui alguns números que o senhor Presidente não focou e que eu gostaria de deixar.

Obviamente, cada um escolhe os números que quer, os que mais jeito lhe dão, isto é da vida.

Os cumprimentos reais de algumas das rubricas, algumas delas as que requerem maior esforço e mérito do Executivo, nomeadamente, que dizem respeito ao cumprimento das receitas e despesas de capital. Estas receitas e despesas estão diretamente relacionadas com o cumprimento dos investimentos. A receita de capital na ótica da cobrança, não foi além dos 50%. As despesas de capital, na ótica das realizações, ficaram pelos 76%. É mais um elefante na sala (é o dia deles). -----

Nas rubricas em que a intervenção do Executivo é passiva, as receitas correntes ultrapassam largamente os 100%. No caso concreto da ótica da cobrança, tivemos 113%. Se cá estivesse o Vítor Gaspar, seria um aumento brutal de impostos. Aqui é o Dr. Fernando Marques que diria isso no Relatório. -----

Alguns dos números, os impostos. A receita de impostos diretos cresceu 19%, com o IMI a crescer 11,5%. -----

Vamos apresentar uma declaração de voto e vamo-nos abster na votação.” -----

= **TIAGO FERREIRA SIMÕES VIEIRA**, Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Senhores Vereadores, -----

Público em geral e comunicação social, -----

A bancada do Partido Social Democrata intervém neste ponto para manifestar o seu **apoio claro, responsável e convicto** à Prestação de Contas e ao Relatório de Gestão do Município, referentes ao ano económico de 2025. Estes documentos refletem, de forma objetiva e



transparente, **uma gestão financeira sólida, sustentável e orientada para o desenvolvimento do concelho.** -----

Desde logo, importa destacar um dado absolutamente central: **o volume de investimento realizado em 2025, na ordem dos 20 milhões de euros.** Trata-se de um valor muito significativo, que tem sido crescente, e que demonstra uma clara opção política por transformar recursos financeiros em investimento público, em infraestruturas, em equipamentos e em melhores serviços para a população. -----

Este nível de investimento é acompanhado por um indicador que merece especial relevância: **uma taxa de concretização de cerca de 97% na ótica dos compromissos.** Este resultado evidencia planeamento, capacidade de execução e rigor na gestão orçamental. Aquilo que foi inscrito em orçamento correspondeu, efetivamente, a compromissos assumidos e honrados, o que reforça a credibilidade da ação municipal. -----

Outro aspeto que a bancada do PSD valoriza de forma muito clara é o **prazo médio de pagamento**, que se fixou **nos 24 dias**. Num contexto em que, demasiadas vezes, as entidades públicas são acusadas de atrasos nos pagamentos, o Município de Ourém assume-se como **um exemplo de boa prática**, cumprindo atempadamente com fornecedores, empresas e instituições, contribuindo ativamente para a estabilidade do tecido económico local. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Gostaríamos ainda de salientar um elemento fundamental que demonstra, de forma inequívoca, a **saúde financeira do Município**: a sua **capacidade de endividamento**. -----

Os documentos agora em apreciação mostram que o Município se encontra **muito abaixo dos limites legais de endividamento**, com uma margem extremamente confortável face ao limite máximo permitido por lei. Mais do que isso, evidenciam uma **redução consistente da dívida**, incluindo da dívida de médio e longo prazo, **mesmo num ano marcado por forte investimento público.** -----

Este é um sinal claro de boa gestão: o Município consegue investir significativamente no território, sem comprometer o futuro, sem hipotecar as próximas gerações e mantendo indicadores financeiros robustos. -----



Ter capacidade de endividamento disponível não é um risco — é um ativo estratégico, que traduz confiança, estabilidade e margem de manobra para responder a desafios futuros. -----

Relativamente ao **resultado orçamental positivo**, a bancada do PSD entende ser essencial enquadrá-lo com responsabilidade. Um excedente não significa falta de ambição nem ausência de investimento; significa, isso sim, **equilíbrio, prudência e boa governação**. -----

Num contexto económico exigente, marcado por inflação, incertezas externas e crescente transferência de competências para as autarquias, é fundamental que o Município tenha capacidade financeira para responder a imprevistos e continuar a investir de forma sustentada.

E importa dizê-lo com clareza política: **é preferível apresentar resultados positivos, fruto de rigor e gestão responsável, do que os sucessivos resultados negativos que marcaram anteriores ciclos de governação socialista**, em que o desequilíbrio financeiro era recorrente. Hoje, Ourém demonstra que é possível conjugar **contas certas, forte investimento e responsabilidade financeira**. -----

Por fim, sublinham-se ainda outros aspetos relevantes: o **cumprimento integral dos limites legais**, a inexistência de pagamentos em atraso e uma situação financeira globalmente estável e sólida, que reforça a confiança nas opções estratégicas do executivo. -----

Senhor Presidente, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

A Prestação de Contas de 2025 é o reflexo de uma opção política clara: **governar com rigor, investir com critério e preparar o futuro com responsabilidade**. Por estas razões, a bancada do PSD votará favoravelmente este ponto, reafirmando o seu apoio ao executivo municipal e reconhecendo o trabalho desenvolvido em 2025 em benefício do concelho e dos ourenses. -----

Muito obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, gostaria de agradecer ao Dr. Fernando Marques, aqui presente, todo o profissionalismo sempre manifestado e, hoje, estar aqui de prontidão, para responder a qualquer solicitação. -----



Sinceros agradecimentos desta Assembleia Municipal.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: “De forma rápida e sem querer entrar aqui em qualquer tipo de despique porque, como disse e bem o senhor deputado Nuno Baptista, as contas têm as leituras que tiverem. É como o copo meio cheio, meio vazio. Quem quiser olha para o meio cheio e quem quiser olha para o meio vazio, e ambos estão certos. -----

Dizer que as receitas diretas aumentaram esse valor, mas acho que devíamos enaltecer aqui a dinâmica económica do concelho. -----

É verdade que a questão do IMT foi onde houve um maior acréscimo, o que demonstra que houve mais transações no concelho, houve dinâmica empresarial no concelho, e isso, obviamente, deve aqui ser salientado. -----

O aumento do IMI sem ter havido qualquer aumento de taxa reflete que há mais casas, há mais empresas a pagar, há mais comércio, há mais indústrias, o que também deve ser referenciado.

Não tenho certeza, mas admito que possa ter havido algumas empresas que estariam a beneficiar de isenções de IMI, de algum valor que deixaram de beneficiar de algumas dessas isenções, o que se reflete também aqui nestes valores que hoje são aqui apresentados. -----

E dizer que se não fossem estes resultados que hoje apresentamos, possivelmente não teríamos tido a capacidade de resolver tão rapidamente, como resolvemos os problemas que tivemos recentemente com a tempestade Kristin, porque foi preciso um grande esforço financeiro para que isso tivesse sido possível. E, se não tivéssemos também aqui alguma folga em termos orçamentais, isso não teria sido possível. -----

Penso que é sempre bom termos essa folga do que estarmos com situações mais complicadas.

Dizer aos senhores deputados do PS, em jeito de conclusão e, se me permitem “de alguma brincadeira”, se não votam a favor destas, nunca mais vão votar a favor de nenhuma. -----

Obrigado” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR MAIORIA, COM 03 ABSTENÇÕES DO GRUPO MUNICIPAL PS – 37 PRESENÇAS** -----

----- O Representante do Grupo Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, apresentou a seguinte declaração de voto: “Balanço continua estruturalmente



equilibrado e a câmara consegue gerar com bastante facilidade meios financeiros que permite realizar uma gestão financeira arrojado e sem pressão sobre a sua tesouraria. -----

Desta forma não existem grandes desculpas para realizar quer o orçamento que os executivos propõem e que ano após ano não o cumpre. -----

Neste capítulo, e apesar do Sr. Presidente propagandear grandes efeitos sobre cumprimentos orçamentais na sua mensagem pessoal no Relatório de Gestão, acontece que os cumprimentos reais são muito pobres principalmente nas rubricas que requerem maior esforço e mérito do executivo, nomeadamente no que respeitam aos cumprimentos de receitas e despesas de capital. Estas receitas e despesas estão diretamente correlacionadas com o cumprimento dos investimentos. A receita de capital na ótica das cobranças não foram além dos 50%, e as despesas de capital na ótica das realizações ficaram-se pelos 64%. -----

Por sua vez nas rubricas em que a intervenção do executivo é passiva, as receitas correntes ultrapassam largamente os 100%, no caso em concreto na ótica da cobrança é de 113%. Embora mais baixo, ainda assim as despesas correntes na ótica das realizações foram 85%, bem acima dos 64% das despesas de capital. -----

Acresce que estas performances dos cumprimentos orçamentais quer do lado das receitas quer do lado das despesas de capital, são de baixo nível agravado pelo facto de que se tratou de um ano de eleições autárquicas e por isso no fim de um ciclo ou mandato em que os investimentos normalmente também terminam em grande parte neste fim de ciclo com os executivos a forçarem as suas realizações. -----

Como dissemos no início o Município tem contas equilibradas e tem grande capacidade para gerar receitas. Depois tem bastantes dificuldades em empregar os recursos gerando todos os anos saldos orçamentais significativos, pelo que não se compreende a sua sucessiva relutância em aceitar propostas (como tem sido as do PS) para desagregar impostos e taxas cobradas aos munícipes, quando existe margem, muita margem, para isso. Ao contrário, tem vindo nos últimos tempos a castigar ainda mais os munícipes, com a subida de impostos. As receitas dos impostos diretos cresceu 19%, com o IMI (aquele imposto que “doi” mais ao contribuinte) a crescer 11,5%. Isto para quê? Elevados saldos orçamentais e elevados



depósitos nos Bancos, com o Município a aforrar inclusivamente depósitos a prazo (5 milhões de euros)!!! -----

Outro assunto que sobressaia neste relatório de gestão e prestação de contas, é a informação que é dada sobre um dos investimentos que nos últimos anos mais mereceu observações dos eleitos do PS. Não porque estavam contra o investimento, mas sim nos moldes em que o mesmo foi feito. E, isto convém sempre chamar a atenção: O PS nunca foi contra a zona industrial da Freixianda, cujo investimento já estava inscrito no programa eleitoral do PS e já tinha sido inscrito nos planos de investimento da gestão do PS do Município. Contudo, como dissemos, estamos em desacordo com os moldes e a magnitude do investimento. O Relatório, informa-nos que o investimento pronto sem contar com os acessos estratégicos que ainda não se vislumbra, foram gastos cerca de 4,991 milhões de euros. Atendendo que se trata de um investimento com o apoio dos fundos comunitários, mas limitado no valor, a pergunta que se impõe é: -----

Face aos valores do investimento apurado, qual o valor proveniente exclusivamente dos fundos municipais? -----

E, atendendo que a inauguração desta zona de acolhimento empresarial já foi há bastante tempo, perguntamos também: -----

- Qual o défice entre os valores vendidos e o custo geral do investimento (sem acessos)? -----

- Se se sabe quando vão os mutuários das aquisições dos lotes iniciarem as construções/obras (pois não se vislumbra à data nenhuma motivação que nos indicam sequer o início de qualquer obra)? Será por responsabilidade dos serviços urbanísticos da Câmara? -----

- Qual o número de empregos se preveem serem gerados por esses mutuários da aquisição dos lotes? -----

- Se o executivo acha que os pressupostos económicos e sociais e de desenvolvimento regional se vão cumprir de acordo com o estudo que sustentou o investimento. -----

Nestes termos o Grupo Municipal do PS abstêm-se, neste ponto da ordem de trabalhos.” -----

----- APROVADO EM MINUTA -----



02.05 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – 2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL – ANO ECONÓMICO DE 2026 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 38013/2026**, datado de **2026.04.22**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.04.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 35.351/2026, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, que a seguir se reproduz na íntegra: **“2.ª Revisão Orçamental ao ano económico de 2026 -----**

---- Na sequência de solicitação do Exmo. Sr. Presidente do Órgão Executivo, nos termos do ponto 8.3.1, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e em observância aos princípios orçamentais definidos no ponto 3.1 do citado diploma, efetua-se a presente modificação orçamental, a qual contempla um reforço do orçamento resultante de receitas previstas obter, consignadas a despesas extraordinárias que visam, essencialmente, a reconstrução e reabilitação dos danos provocados pela Depressão Kristin. -----

---- Note-se que, numa primeira fase, foi imperioso mitigar os danos verificados, particularmente a desobstrução de vias e a reposição de condições mínimas de segurança e de operacionalidade, num conjunto diverso de serviços, municipais que, até à presente data, já configuram uma afetação ao orçamento municipal de uma verba complementar próxima de 1,8 milhões de euros. Para se garantir o montante referenciado promoveu-se a diminuição de verbas dos investimentos previstos na área da habitação para arrendamento a custos controlados com receitas consignadas de acordo estabelecido com o IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), pelo que importa repor as verbas em referência. -----



---- Deste modo, prevêem-se receitas adicionais na ordem de 8.619.800 euros todas consignadas a despesas decorrentes da Depressão Kristin, das quais 3.662.000 consignadas à constituição de uma AIGP (Área Integrada de Gestão da Paisagem), para a remoção de material lenhoso das vias vicinais e florestais, 500.000 euros para sanar os danos verificados no Parque Dr. António Teixeira, particularmente na área em que se encontra em curso, a empreitada de expansão (1.^a fase) e que condiciona, notoriamente, a prossecução do investimento em referência, porquanto o estado da área a intervir é manifestamente diferente do que se encontrava previsto em projeto, 4.357.800 euros (4.357.765 euros decorrentes do Despacho n.º 4842-A/2026 de 14/04/2025 do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Economia e da Coesão Territorial, tendo-se arredondado o valor na dotação orçamental) para despesas diversas e ainda 100.000 euros de uma iniciativa de crowdfunding, cujo objetivo já foi alcançado (donativo atribuído pela Fundação Calouste Gulbenkian), na circunstância, para a reconstrução e reabilitação do Canil Municipal. -----

---- Consequentemente, remete-se para aprovação, a 2.^a proposta de revisão orçamental relativa ao ano económico de 2026, onde se observa: -----

- Orçamento da Receita -----

- Reforço da classificação económica 06.03.01.99.99 (Transferências correntes – Administração Central – Estado – Outras), no montante de 8.019.900 euros; -----

- Reforço da classificação económica 06.07.01 (Transferências correntes – Instituições sem fins lucrativos), no montante de 100.000 euros; -----

- Reforço da classificação económica 10.03.01.99 (Transferências de capital – Administração Central – Estado – Outras), no montante de 500.000 euros; -----

- Face ao disposto nos pontos anteriores, apura-se um orçamento global da receita em 82.241.200 euros, ou seja, representando um aumento das receitas inicialmente previstas em 8.619.800 euros. -----

- Grandes Opções do Plano: -----

- Reforço do projeto 05/001-2024/163-1 – Habitação para arrendamento a custos controlados (Acordo como IHRU) – Construção de Habitações em Ourém, em 340.000 euros; -----



- Reforço do projeto 05/001-2024/163-2 – Habitação para arrendamento a custos controlados (Acordo como IHRU) – Construção de Habitações em Fátima, em 250.000 euros; -----
- Reforço do projeto 05/001-2024/163-3 – Habitação para arrendamento a custos controlados (Acordo como IHRU) – Construção de Habitações em Caxarias, em 290.000 euros; -----
- Reforço do projeto 05/001-2024/163-4 – Habitação para arrendamento a custos controlados (Acordo como IHRU) – Construção de Habitações em Fátima (Rua da Padroeira), em 456.800 euros; -----
- Reforço do projeto 05/001-2024/163-5 – Habitação para arrendamento a custos controlados (Acordo como IHRU) – Construção de Habitações em Penigardos (Ourém – Nossa Senhora da Piedade), em 149.500 euros; -----
- Reforço do projeto 05/001-2024/163-6 – Habitação para arrendamento a custos controlados (Acordo como IHRU) – Construção de Habitações em Vilar dos Prazeres (Ourém – Nossa Senhora das Misericórdias), em 152.700 euros; -----
- Reforço do projeto 05/004-2016/160-10/4-1 – Expansão e Reabilitação do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira – Empreitada de Expansão do parque – Fase 1, em 500.000 euros; -----
- Reforço do projeto 05/004-2019/147 – Requalificação do Centro/Norte de Fátima – rua Dr. Júlio Constantino/Padroeira/Anjo de Portugal e ligações Av. Beato Nuno, em 150.000 euros; ---
- Reforço do projeto 07/001-2026/65-5 – Combate a catástrofes e situações de emergência – Aquisição de serviços, em 2.668.800 euros; -----
- Reforço do projeto 07/001-2026/152 - 1 – AIGP (Área Integrada de Gestão da Paisagem) – Remoção de material lenhoso dos caminhos vicinais e florestas (aquisições de serviços – contratualização pelo Município), em 3.661.800 euros; -----
- Reforço do projeto 07/001-2026/152 - 2 – AIGP (Área Integrada de Gestão da Paisagem) – Remoção de material lenhoso dos caminhos vicinais e florestas (comparticipação – intervenção efetuada pelas Freguesias), em 100 euros; -----
- Reforço do projeto 07/001-2026/152 - 3 – AIGP (Área Integrada de Gestão da Paisagem) – Remoção de material lenhoso dos caminhos vicinais e florestas (comparticipação – intervenção efetuada por particulares), em 100 euros. -----



- Orçamento da Despesa -----
- Face ao aumento global do orçamento da receita apurada, em resultado do reforço dos projetos em GOP's referenciados no ponto anterior, verifica-se: -----
- Reforço da classificação económica 02/02.02.25.99– Aquisição de serviços – Outros serviços – Outros, em 5.872.800 euros; -----
- Reforço da classificação económica 02/04.05.02 – Transferências correntes – Administração Local – Continente - Freguesias, em 100 euros; -----
- Reforço da classificação económica 02/04.08.02 – Transferências correntes – Famílias – Outras, em 100 euros; -----
- Reforço da classificação económica 02/07.01.02.01 – Aquisição de bens de capital – Investimentos – Habitações - Construção, em 1.639.000 euros; -----
- Reforço da classificação económica 02/07.03.03.01 – Aquisição de bens de capital – Bens de Domínio Público – Viadutos, arruamentos e obras complementares, em 150.000 euros; -----
- Reforço da classificação económica 02/07.03.03.05 – Aquisição de bens de capital – Bens do Domínio Público – Parques e Jardins, em 500.000 euros; -----
- Em suma, o orçamento da despesa tramita para um valor global de 82.241.200 euros em 2026, valor em paridade com o valor global definido para o orçamento da receita, no âmbito da revisão em assunto. -----
- **Aprovação** -----
- Note-se que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as revisões orçamentais. -----
- À consideração superior,”. -----
- (Aprovado em minuta)” -----
- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----



= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Gostaria de solicitar ao senhor Presidente da Câmara para, no âmbito desta revisão, para ter especial cuidado com a questão da recuperação das escolas. -----

As escolas no âmbito da tempestade Kristin, nomeadamente a parte física. As salas de aulas que ficaram danificadas, estão recuperadas, estão a funcionar umas melhores do que outras, mas os espaços públicos ficaram muito danificados. Dou um exemplo, e acabei de falar com o senhor Vereador Filipe para, por exemplo, numa escola que conheço bem, a Moita Redonda, ficou sem o espaço onde os miúdos podem brincar, que já era curto por ter mais uma turma. Mais de metade está inutilizado. -----

Por isso, peço um cuidado especial. E, penso eu, essa recuperação poderia ter ido neste orçamento, julgo eu, para que os miúdos, que já tanto sofreram também, possam ter os seus espaços nas escolas.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, referiu o seguinte: “Obviamente, estamos todos preocupados. -----

Como sabe, a nossa principal preocupação foi reabrir, de imediato, todas as escolas. Só não conseguimos reabrir duas escolas porque aconteceu, felizmente, no tempo das férias escolares. -----

Estamos bem cientes de toda essa situação e estamos também a preparar os respetivos procedimentos. Os nossos técnicos municipais têm dado muita prioridade a todos esses levantamentos nas escolas, para ver se agora, na próxima pausa letiva, conseguimos regularizar todas as situações que ainda estão por regularizar. -----

Portanto, agradeço a sua chamada de atenção. Na Moita, nem sei bem o que é porque não chegou ainda o processo, mas há de chegar e depois com certeza que, rapidamente, procuraremos também resolver essas situações.” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 37 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----



02.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P127/2026 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICÍPIO, PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2026 A 2029 (12030/2026)” – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 35918/2026**, datado de **2026.04.16**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.04.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2026 – 10.332,00€; -----

----- Ano 2027 – 10.332,00€; -----

----- Ano 2028 – 10.332,00€; -----

----- Ano 2029 – 10.332,00€; -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 12.030/2026, do **Setor de Contabilidade**, foram apresentados o Caderno de Encargos e o Convite para efeitos do designado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 17 de março findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de consulta prévia, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base de 33.600,00€ (+ IVA) e pelo prazo de execução de 48 meses e a dar conta, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação do preço, baseou-se em consulta preliminar efetuada ao mercado. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada também de 17 do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento



orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 37 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P149/2026 – MANUTENÇÃO E GESTÃO CENTRALIZADA DE PARCÓMETROS (MODELOS STRADA E STELLIO) NO CONCELHO DE OURÉM, DURANTE 36 MESES (420/2026)” – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 35932/2026**, datado de **2026.04.16**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.04.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2026 – 32.922,48€; -----

----- Ano 2027 – 49.383,71€; -----

----- Ano 2028 – 49.383,71€; -----

----- Ano 2029 – 16.461,15€; -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na sequência da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 420/2026, da **Equipa Multidisciplinar de Habitação, Modernização Administrativa, Transportes e Trânsito**, foram apresentados o Caderno de



Encargos e o Convite, para efeitos do designado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 25 de março findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de ajuste direto, nos termos da subalínea ii), da alínea e), do n.º 1, do artigo 24.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base de 120.448,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Menciona ainda, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço, baseou-se em consulta preliminar efetuada a empresa da especialidade. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção por parte do membro da Assembleia Municipal: -----

= **FILIPPE REMI CALLEBAUT MENDES**, Grupo Municipal PS, referiu o seguinte: “Só uma pequena pergunta. Se conseguimos ter alguma perspetiva dos valores que a Câmara auferir com estes parquímetros, seja em Fátima, seja em Ourém. -----

E se fosse possível, retificar ali alguns horários, por exemplo os de Fátima, que acho que estão a tempo inteiro. Pelo menos retificar ali alguns horários, porque há sítios onde, de facto o estacionamento não existe. E na parte central de Fátima, não há estacionamento e havia de haver ali uma fórmula qualquer de se facilitar também a vida das pessoas.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, referiu o seguinte: “Não é uma situação fácil de resolver porque a questão dos estacionamentos nos espaços centrais das cidades é difícil em todo o lado. Não é só aqui. E obviamente que, não havendo alternativas, porque é difícil, porque as cidades estão consolidadas, não é fácil, por vezes, que isso possa acontecer. -----

Aquilo que aqui me traz é a sua opinião. Por exemplo, estava aqui a ouvir a senhora deputada que também é de Fátima a dizer que está bem assim. E, portanto, qualquer decisão que nós possamos tomar diferente daquela que há hoje ou de acordo com aquilo que o senhor aqui nos traz, ou que a senhora deputada aqui também contrariou, será sempre alvo de críticas de alguma parte. Portanto, é impossível agradarmos a todos. -----



Agora, o que eu lhe posso dizer é que a rotatividade dos estacionamento com a colocação de parquímetros permite que haja lugar ou deveria permitir. Em Fátima, infelizmente, nem sempre há a devida fiscalização e por isso, por vezes há esse problema. Mas nós aí não podemos fazer nada diferente, porque a GNR não faz gratificados e, portanto, faz quando entende que deve fazer. E nós não podemos obrigar a fazer esse tipo de trabalho. -----

Já aqui em Ourém é diferente, porque a PSP faz os gratificados e faz o trabalho normal que deve ser feito. -----

Dizer-lhe que a rotatividade nos locais, nas cidades é precisamente para que as pessoas que queiram ir aos comércios tenham um lugar disponível para poderem estacionar e esse é o princípio dos parquímetros. -----

Nós estamos a iniciar agora uma revisão do nosso Regulamento de Taxas, mas também do Regulamento de Estacionamento Público Tarifado. Estamos a pensar fazer porque penso que se justifica, nomeadamente em Fátima e também aqui em Ourém, mas mais em Fátima, existir, como já existe, por exemplo em Lisboa, as zonas verdes, as amarelas e as vermelhas. Ou seja, valores diferenciados de acordo com a pressão que há de estacionamento nas zonas mais centrais. Nas zonas de mais pressão mais caro e onde não há tanta pressão mais barato. Também avaliamos, e não sei se irá ser ou não, mas irá contrariar um pouco aquilo que nós, que eu estou aqui a dizer, que é os lojistas poderem ter também um cartão para poderem estacionar junto ao seu estabelecimento, Mas contraria aquilo que eu estou aqui a dizer, porque se isso acontecer os lojistas começam a parar o carro junto ao seu estabelecimento, mesmo pagando alguma coisa, uma taxa anual ou o quer que seja, mas impede que depois algum cliente se possa deslocar e parar e estacionar o seu carro. -----

Portanto, é uma discussão que podemos ter aqui, com argumentos válidos de um lado e do outro, e não íamos chegar a um entendimento, porque cada um tem a sua opinião. E não estou a dizer que o meu será melhor do que o seu. -----

Em relação à receita, o ano passado foi de cerca de 250.000 a 300.000 €, portanto não deve ter sido muito diferente desse valor. É a receita que os parquímetros hoje representam para o Município, reconheço, nomeadamente em Fátima, que ela está muito subavaliada, porque se



todas as pessoas que ali param colocassem a moeda, obviamente que este valor não só duplicava, triplicava em relação àquilo que acontece hoje. -----

Muito obrigado.” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 37 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----

02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P152/2026 – CENTRALIZAÇÃO DOS DADOS E MONITORIZAÇÃO REMOTA DE PARQUÍMETROS (HECTRONIC CITEA – MODELOS CITYLINE E MOBILE APP) NO CONCELHO DE OURÉM, DURANTE 36 MESES (945/2026)” – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 35936/2026**, datado de **2026.04.16**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.04.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2026 – 6.332,04€; -----

----- Ano 2027 – 6.332,04€; -----

----- Ano 2028 – 6.332,04€; -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na sequência da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 945/2026, da **Equipa Multidisciplinar de Habitação, Modernização Administrativa, Transportes e Trânsito**, foram apresentados o Caderno de Encargos e o Convite, para efeitos do designado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 26 de março findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de ajuste direto, nos termos da subalínea ii), da alínea e), do



n.º 1, do artigo 24.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base de 15.444,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Menciona ainda, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço, baseou-se em consulta preliminar efetuada ao mercado. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção por parte do membro da Assembleia Municipal: -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, Grupo Municipal PS, referiu o seguinte: “Só uma pequena pergunta. Se conseguimos ter alguma perspetiva dos valores que a Câmara auferir com estes parquímetros, seja em Fátima, seja em Ourém. -----

E se fosse possível, retificar ali alguns horários, por exemplo os de Fátima, que acho que estão a tempo inteiro. Pelo menos retificar ali alguns horários, porque há sítios onde, de facto o estacionamento não existe. E na parte central de Fátima, não há estacionamento e havia de haver ali uma fórmula qualquer de se facilitar também a vida das pessoas.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, referiu o seguinte: “Não é uma situação fácil de resolver porque a questão dos estacionamentos nos espaços centrais das cidades é difícil em todo o lado. Não é só aqui. E obviamente que, não havendo alternativas, porque é difícil, porque as cidades estão consolidadas, não é fácil, por vezes, que isso possa acontecer. -----

Aquilo que aqui me traz é a sua opinião. Por exemplo, estava aqui a ouvir a senhora deputada que também é de Fátima a dizer que está bem assim. E, portanto, qualquer decisão que nós possamos tomar diferente daquela que há hoje ou de acordo com aquilo que o senhor aqui nos traz, ou que a senhora deputada aqui também contrariou, será sempre alvo de críticas de alguma parte. Portanto, é impossível agradarmos a todos. -----

Agora, o que eu lhe posso dizer é que a rotatividade dos estacionamentos com a colocação de parquímetros permite que haja lugar ou deveria permitir. Em Fátima, infelizmente, nem sempre há a devida fiscalização e por isso, por vezes há esse problema. Mas nós aí não podemos



fazer nada diferente, porque a GNR não faz gratificados e, portanto, faz quando entende que deve fazer. E nós não podemos obrigar a fazer esse tipo de trabalho. -----

Já aqui em Ourém é diferente, porque a PSP faz os gratificados e faz o trabalho normal que deve ser feito. -----

Dizer-lhe que a rotatividade nos locais, nas cidades é precisamente para que as pessoas que queiram ir aos comércios tenham um lugar disponível para poderem estacionar e esse é o princípio dos parquímetros. -----

Nós estamos a iniciar agora uma revisão do nosso Regulamento de Taxas, mas também do Regulamento de Estacionamento Público Tarifado. Estamos a pensar fazer porque penso que se justifica, nomeadamente em Fátima e também aqui em Ourém, mas mais em Fátima, existir, como já existe, por exemplo em Lisboa, as zonas verdes, as amarelas e as vermelhas. Ou seja, valores diferenciados de acordo com a pressão que há de estacionamento nas zonas mais centrais. Nas zonas de mais pressão mais caro e onde não há tanta pressão mais barato. Também avaliamos, e não sei se irá ser ou não, mas irá contrariar um pouco aquilo que nós, que eu estou aqui a dizer, que é os lojistas poderem ter também um cartão para poderem estacionar junto ao seu estabelecimento, Mas contraria aquilo que eu estou aqui a dizer, porque se isso acontecer os lojistas começam a parar o carro junto ao seu estabelecimento, mesmo pagando alguma coisa, uma taxa anual ou o quer que seja, mas impede que depois algum cliente se possa deslocar e parar e estacionar o seu carro. -----

Portanto, é uma discussão que podemos ter aqui, com argumentos válidos de um lado e do outro, e não íamos chegar a um entendimento, porque cada um tem a sua opinião. E não estou a dizer que o meu será melhor do que o seu. -----

Em relação à receita, o ano passado foi de cerca de 250.000 a 300.000 €, portanto não deve ter sido muito diferente desse valor. É a receita que os parquímetros hoje representam para o Município, reconheço, nomeadamente em Fátima, que ela está muito subavaliada, porque se todas as pessoas que ali param colocassem a moeda, obviamente que este valor não só duplicava, triplicava em relação àquilo que acontece hoje. -----

Muito obrigado.” -----



----- SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR
UNANIMIDADE – 37 PRESENCAS -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

**02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P230/2025 –
COMPLEXO DESPORTIVO DE FÁTIMA – FASE 1 – CONSTRUÇÃO DE DOIS CAMPOS DE
FUTEBOL SINTÉTICO, BANCADA E BALNEÁRIOS (78762/2025)” – ABATE DE
AZINHEIRAS -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 38029/2026**, datado de **2026.04.22**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.04.20, solicitando, a este órgão deliberativo, a emissão da declaração de interesse público municipal da intervenção em apreço. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a informação registada sob o n.º 27.672/2026, da **Divisão de Projetos Técnicos**, a dar conta da necessidade de abater 42 azinheiras, com vista à execução da empreitada designada em epígrafe, acompanhada do documento elaborado pelo **Gabinete Técnico Florestal**, com os fundamentos justificativos para a obtenção da necessária declaração de interesse público do referido projeto de criação de um complexo desportivo que se reveste de elevado interesse económico e social, contribuindo para o desenvolvimento local e para a melhoria da qualidade de vida da população. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR
UNANIMIDADE – 37 PRESENCAS -----



----- APROVADO EM MINUTA -----

02.10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P180/2026 – FORNECIMENTO DE MATÉRIA PRIMA E SERVIÇOS PARA AS REFEIÇÕES ESCOLARES – 4 LOTES – ANO LETIVO DE 2026-2027 (34508/2026)” -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 38014/2026**, datado de **2026.04.22**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.04.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- **Lote 1 – Fornecimento de matéria-prima alimentar e não alimentar – 834.569,00€:**

- Ano 2026 – 250.905,20€; -----

- Ano 2027 – 583.663,80€. -----

----- **Lote 2 – Fornecimento e distribuição agregado de refeições escolares em regime de confeção local e transportadas a quente – 357.204,30€: -----**

- Ano 2026 – 107.451,70€; -----

- Ano 2027 – 249.752,60€. -----

----- **Lote 3 – Fornecimento e distribuição agregado de refeições escolares em regime de confeção local com modelo de pessoal misto – 335.926,40€: -----**

- Ano 2026 – 78.874,00€; -----

- Ano 2027 – 257.052,40€. -----

----- **Lote 4 – Fornecimento e distribuição agregado de refeições escolares em regime de confeção local e transportadas a quente com modelo de pessoal misto – 341.072,42€:**

- Ano 2026 – 80.941,90€; -----

- Ano 2027 – 260.130,52€. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Relativamente ao processo registado sob o n.º 34.526/2026, da **Divisão de Educação**, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, instruído com uma informação, datada de 15 de abril em curso, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, por lotes, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base total de 1.653.780,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de 12 meses, com início a 01 de setembro de 2026 e término a 31 de agosto de 2027. Nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, termina a referir que a fixação do preço, baseou-se em consulta preliminar efetuada ao mercado. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada também de 15 do corrente mês, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante Grupo Municipal PS, referiu o seguinte: “Queria deixar aqui um alerta que já deixei ao senhor Presidente da Câmara na reunião de preparação e ele concordou, é um alerta para todos. -----

Quem tem filhos em idade escolar sabe que um problema grande são as refeições, ou seja, nós, quase garantidamente somos uns privilegiados nisso, isso não acontece, mas em muitos dos agregados familiares, onde a única refeição decente, quente e de qualidade que alguns dos miúdos conseguem ingerir durante o dia é nas escolas e muitas das vezes a qualidade dos alimentos, a qualidade da confeção deixa muito a desejar. -----

O senhor Presidente Câmara também tem a mesma noção, também tem filhos em idade escolar e dizia isso mesmo. Que se procure perceber mais isso. Todos nós sabemos que os



miúdos não gostam, e não é tanto a confeção, é mais a qualidade dos alimentos, como é comprado em grandes lotes, em grandes grupos. Deve haver um especial cuidado com isso. Acima de tudo para os miúdos, para quem esta é a principal refeição do dia.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, referiu o seguinte: “Obviamente as preocupações dos deputados são as minhas, também são as nossas. É um concurso público, não temos em como fazer diferente. -----

Quando me abordou aqui na conferência de líderes sobre esta situação, fui junto dos serviços procurar saber se efetivamente havia ou não reclamações e o que lhe posso dizer é aquilo que me disseram. E é isto: “A empresa UNICEL contrata todos os fornecedores locais de produtos frescos como a empresa Fruta Chila na Amoreira e frutos do Vale Travesso, assim como as padarias que já forneciam as IPSS. Portanto, está a ter também essa preocupação de contratualizar aqui. -----

Reclamações de IPSS, e até há semana passada: a ApajeFátima, dia 10 de outubro, em relação à quantidade e qualidade de alguns produtos. -----

APDAF, no dia 13 de janeiro de 2026, reclamação de uma encarregada de Educação. As duas únicas IPSS que manifestaram alguma reclamação de encarregados de educação. -----

Houve três reclamações de encarregados de educação – uma no dia 12 de janeiro, na EB2, 3 de Caxarias; uma no dia 12 de janeiro, também na EB2, 3 de Caxarias, e uma no dia 19 de janeiro, em Casal dos Bernardos. São as únicas três reclamações que temos reportadas no Município em relação a qualidade dos produtos. -----

Dizer também que, efetivamente, no início do ano letivo, recebemos algumas reclamações acerca da qualidade das refeições escolares por parte das IPSS do agrupamento de alguns pais. Embora não tenha sido um número muito significativo de reclamações, as mesmas incidiam sobre as quantidades entregues, especialmente no início do contrato e sobre a qualidade de alguns produtos, em especial os processados, carnes picadas, hambúrgueres e almôndegas. Reportamos as referidas reclamações à empresa UNICEL, tendo a mesma mostrado disponibilidade para corrigir a maioria das situações.” -----



Portanto, este é o esclarecimento que lhe queria aqui deixar, foi aquilo que me disseram também da nossa Divisão de Educação. -----

Muito obrigado.” -----

----- Solicitou ainda a palavra, o membro da Assembleia Municipal, CLÁUDIA MARIA PEREIRA CAMPOS, Grupo Municipal PPD/PSD, referindo o seguinte: “Boa tarde a todos. Cumprimento todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Relativamente ao que o colega Nuno Baptista está a referir, é uma preocupação para todos nós e, independentemente de tudo, gostaria de partilhar a minha opinião, porque vivencio todos os dias e almoço todos os dias, e por isso as ementas são iguais para todo o concelho, os produtos são iguais para todo o concelho e claro, como nas nossas casas, há dias bons e menos bons. -----

As alterações que temos feito é pedir ao Município para fazer, especialmente em relação aos peixes, porque as crianças, nós sabemos, todos temos filhos, e essas alterações foram aceites. Há dois anos para cá, almoço lá todos os dias, como referi. Tem-se verificado um aumento significativo na qualidade, mas muito bom mesmo. -----

A reclamação relativamente ao Agrupamento de Caxarias que posso fazer, às vezes alguns alunos, porque nós passamos aos pais esse testemunho para eles dizerem frontalmente o que acham. Ou seja, a comida é confeccionada e é programada, segundo uma nutricionista. As crianças quando é lasanha, quando é carne ou com determinados pratos, os primeiros a almoçar – e é muita confeção, as funcionárias, não é empresa, fazem com muito amor e carinho para a escola sede, para turmas do pré-escolar, primeiro ciclo, para Rio de Couros e para a Mata, como dizia, todos nós temos filhos e quando é carne, os primeiros pedem quatro/cinco vezes. Eu faço essa reflexão com os diretores de turma e com os alunos. E eu estou a falar publicamente. Há crianças que comem quatro ou cinco vezes. Não pode ser. -----

A refeição é composta por o prato principal, a sopa, que 10% dos alunos é que levam, 10%, três tipos de salada variável o pão e a água. E podem repetir. -----

Chegou a uma altura em que eu disse que quando fosse carne íamos controlar um pouco, fazer bem a distribuição porque os últimos depois podiam não conseguir repetir. E fui eu que



apresentei o caso às minhas funcionárias e disse “Meus queridos, só repete quem come sopa, porque a sopa é um elemento essencial na alimentação. Quando é peixe, vai tudo embora. Só levam a batata cozida, mais nada. Não comem mais nada, é a batata cozida e sete papos-secos secos e assim não vamos lá. -----

Eu também já reclamei há 2/3 anos atrás com o Município porque é a minha função. Mas, neste momento, não se passa isso. Estou a ser o mais verdadeira possível e digo frontalmente. E digo, tenho um desafio na minha escola que lancei este ano aos diretores de turma. Convidei os representantes de sala e dei conhecimento ao Município. Não pude convidar os pais que quisessem, porque senão o senhor Presidente dava-me nas orelhas, porque a comida é dada por eles. Sem dizerem o dia da semana ou do mês, fiz um escalonamento por turmas, e naquelas semanas, o representante do 5.ºA, em determinadas semanas, aparece na escola. Não diz nada, só se identifica à entrada, preenche o papel, claro de segurança, vai ao refeitório e come com o seu educando ou a sua educanda e com a turma. Aparece de repente, sem comunicar a ninguém. Ainda ontem tive duas pessoas. É uma forma de os pais também aparecerem sem ninguém saber, e almoçam. É uma forma de mostrar se está bem ou mal. Eles próprios vivenciam e vêm também alguns comportamentos dos alunos. Claro que não há perfeição, mas também pelo que eles pagam. E, há dias menos bons e dias menos maus. -----
Acho muito bem o alerta que o Nuno deixa, mas tinha que dar o meu testemunho pessoal.” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 37 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----

02.11 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – EMPREITADA DE RENOVAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 38018/2026**, datado de **2026.04.22**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.04.20,



solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2026 – 0,01 euros -----

----- Ano 2027 – 908.471,42 euros -----

----- Ano 2028 – 151.411,89 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 21 de julho de 2025, a Câmara deliberou aprovar o projeto de execução da renovação do Terminal Rodoviário (elaborado pela firma Filipe Saraiva – Arquitetos, Limitada), com custo estimado em 999.889,92€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

---- Nesta reunião foi apresentada a proposta de realização de despesa registada sob o n.º 12.602/2026, da **Divisão de Projetos Técnicos**, com vista ao lançamento da empreitada, pelo referido montante e pelo prazo de execução de 14 meses, instruída com uma informação, datada de 16 de abril em curso, do **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a colocar à consideração superior a assunção dos compromissos plurianuais, a saber: -----

- Ano 2026 – 0,01€; -----

- Ano 2027 – 908.471,42€; -----

- Ano 2028 – 151.411,89€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Primeiro que tudo, ainda não foi referido aqui ao Senhor Presidente Câmara, com esta alteração ao Tribunal de Contas vai ter “menos uns cabelos brancos”. Com a questão prevista do fim do visto prévio, vai ser mais fácil a questão das obras. -----



A minha pergunta tem a ver também com o que falou. Se bem me recordo, houve uma antecipação do fim da obra da Loja do Cidadão. Como é que isso está. Passando por lá e olhando para as obras, parece-me pouco credível que as obras estejam prontas até final de agosto. Tem uma ideia de quando estarão prontas, se vai haver algum atraso relativamente à antecipação, ou não, ou se está tudo normal.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, referiu o seguinte: “Obviamente que essa situação que se fala dos vistos do Tribunal de Contas vão agilizar muitos processos, embora neste caso aqui, previsivelmente, isso nem iria acontecer, porque até agora o visto prévio é 950.000 €. Ela está orçada em 1 milhão de euros e, admitindo que ela pudesse baixar alguma coisa nisso não aconteceria. -----

Mas obviamente que irá ajudar aqui a agilizar alguns processos, embora tenha também de haver algum cuidado em nome da transparência e da seriedade em que os processos nos devem exigir. -----

Em relação ao que me pergunta, efetivamente a obra está atrasada e não podemos escamotear isso. Mas também temos que perceber que a obra esteve parada durante três meses, porque houve o “comboio de tempestades” que todos conhecemos e para quem ali esteve, aquilo ficou ali, se calhar, com um metro de água e por isso foi necessário também retirar toda a água. E agora a obra recomeçou, não com o ritmo que gostaríamos que ela tivesse. -----

Vamos ter uma visita da ARTE, que é a entidade da antiga AMA, entidade que gere as Lojas do Cidadão, penso que no dia 14 de maio, para irmos ao local e perceber qual é o prazo previsível e vermos o que podemos efetivamente fazer sobre este processo.” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 37 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----



02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA PAPA JOÃO XXIII – FÁTIMA – FASE I – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 38035/2026**, datado de **2026.04.22**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.04.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2026 – 1,06 euros -----

----- Ano 2027 – 1.809.773,33 euros -----

----- Ano 2028 – 3.619.545,61 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Relativamente ao procedimento de “P019/2020 – Elaboração do projeto de execução para a requalificação da Av. Papa João XXIII – Fátima”, de que é adjudicatária a firma **JERFI – Projetos e Consultoria, Limitada** (com sede na Avenida Bernardo Santareno, n.º 37, 1.º direito, em Santarém), cujo estudo prévio foi aprovado por deliberação de 05 de julho de 2021, foi apresentada a informação registada sob o n.º 35.792/2026, da **Divisão de Projetos Técnicos**, a dar conta de que a empreitada será lançada em duas fases (Fase I – Entre a Rotunda dos Peregrinos e a nova rotunda a construir e a Fase II – Entre a Rotunda dos Pastorinhos e a nova rotunda a construir) e a propor a assunção dos compromissos plurianuais para a primeira fase, com custos estimados em 1.707.333,33€ + IVA para 2027 e 3.414.666,67€ + IVA para 2028. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 16 de abril corrente, a remeter o processo para autorização da despesa plurianual referente à Fase I (1,06€ – 2026, 1.809.773,33€ – 2027 e 3.619.545,61€ – 2028), pressupondo seis meses de execução em 2027 e doze meses em 2028. -----

---- (Aprovado em minuta) -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, como já disse na sua intervenção, a única coisa aqui onde não houve inflação foi na comparticipação do Estado. Ou seja, e é importante recordarmos, e recordo-me perfeitamente, foi na primeira Assembleia onde tive como membro eleito. E lembro-me bem a ênfase com que disse que era uma vergonha, ou qualquer coisa assim do género, a comparticipação. E estamos a falar de 2017 que, na altura eram 800.000 ou 700 e muitos, e, portanto, era uma obra que não tinha nem sequer esta dimensão. -----

Portanto, acho que deve fazer os seus esforços. A obra faz todo o sentido. -----

Obviamente que a sua indignação na altura é mais relevante agora, uma obra custa três vezes mais do que há nove anos, e depois com a mesma comparticipação.” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 37 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Neste momento, ausentaram-se da sala, os membros da Assembleia Municipal: -----

----- Presidente da Assembleia Municipal, João Manuel Moura Rodrigues -----

----- Filipe de Frias Antunes da Graça -----

----- David Alves Pereira -----

----- Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, Sérgio Manuel Gameiro Fernandes ----

----- Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, Alexandre Manuel Gaspar Faria -----

----- Atendendo à ausência do senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Ana Margarida Henriques Neves Vieira passou a presidir aos trabalhos desta sessão -----



02.13 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTAS DE PROTOCOLOS COM AS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO – QUADRIÉNIO 2026-2030 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 35978/2026**, datado de **2026.04.16**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.04.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização dos compromissos plurianuais, resultantes da celebração dos protocolos, conforme consta da deliberação camarária, abaixo transcrita. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 113.115/2025, do **Coordenador Municipal de Proteção Civil**, a anexar propostas de texto de protocolos a celebrar com as **Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho**, para o quadriénio 2026-2030, com o objetivo de apoiar financeiramente as referidas associações, conforme se passa a especificar: -----

- **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Caxarias:-----**
 - Participação financeira nas despesas correntes:-----
 - De 01 de julho de 2026 a 30 de junho de 2027 – 48.377,81€;-----
 - De 01 de julho de 2027 a 30 de junho de 2028 – 49.587,26€;-----
 - De 01 de julho de 2028 a 30 de junho de 2029 – 50.826,94€;-----
 - De 01 de julho de 2029 a 30 de junho de 2030 – 52.097,62€;-----
 - Apoio financeiro para aquisição de viatura de socorro até 1.500,00€/mês; -----
 - Subsídio de refeição dos elementos que integrem o DECIR: -----
 - No ano de 2026 – até 7.500,00€; -----
 - No ano de 2027 – até 15.000,00€;-----



- No ano de 2028 – até 15.000,00€;-----
- No ano de 2029 – até 15.000,00€;-----
- No ano de 2030 – até 7.500,00€; -----
- **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fátima:-----**
 - Participação financeira nas despesas correntes:-----
 - De 01 de julho de 2026 a 30 de junho de 2027 – 54.815,87€;-----
 - De 01 de julho de 2027 a 30 de junho de 2028 – 56.186,26€;-----
 - De 01 de julho de 2028 a 30 de junho de 2029 – 57.590,92€;-----
 - De 01 de julho de 2029 a 30 de junho de 2030 – 59.030,69€;-----
 - Apoio financeiro para aquisição de viatura de socorro até 1.500,00€/mês; -----
 - Subsídio de refeição dos elementos que integrem o DECIR: -----
 - No ano de 2026 – até 5.000,00€; -----
 - No ano de 2027 – até 10.000,00€;-----
 - No ano de 2028 – até 10.000,00€;-----
 - No ano de 2029 – até 10.000,00€;-----
 - No ano de 2030 – até 5.000,00€; -----
- **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém:-----**
 - Participação financeira nas despesas correntes:-----
 - De 01 de julho de 2026 a 30 de junho de 2027 – 128.806,32€; -----
 - De 01 de julho de 2027 a 30 de junho de 2028 – 132.026,48€; -----
 - De 01 de julho de 2028 a 30 de junho de 2029 – 135.327,14€; -----
 - De 01 de julho de 2029 a 30 de junho de 2030 – 138.710,32€; -----
 - Apoio financeiro para aquisição de viatura de socorro até 1.500,00€/mês; -----
 - Subsídio de refeição dos elementos que integrem o DECIR: -----
 - No ano de 2026 – até 10.000,00€;-----
 - No ano de 2027 – até 20.000,00€;-----
 - No ano de 2028 – até 20.000,00€;-----
 - No ano de 2029 – até 20.000,00€;-----



- No ano de 2030 – até 10.000,00€;-----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo a informação, datada de 26 de março findo, a referir que a despesa emergente dos apoios financeiros a atribuir, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.-----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, representante Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia, -----

Senhor Presidente da Câmara, -----

Senhores Vereadores, -----

Senhoras Deputados Municipais, -----

Falar dos nossos bombeiros é falar de dedicação, de coragem e de um sentido de missão que ultrapassa, muitas vezes, aquilo que é exigível. -----

São homens e mulheres que, em momentos particularmente difíceis — como recentemente vivemos com a tempestade Kristin e como voltaremos a viver na exigente época de incêndios — estão sempre presentes, sempre disponíveis, sempre na linha da frente. -----

Mas são também aqueles que, todos os dias, de forma discreta, asseguram a proteção e o socorro às nossas populações, com sacrifícios pessoais e familiares que merecem ser reconhecidos. -----

É por isso que o apoio às associações humanitárias de bombeiros não pode ser visto como um ato isolado — tem de ser uma política consistente, estruturada e contínua. -----

E é precisamente isso que o Município de Ourém tem vindo a fazer. -----

Através de protocolos plurianuais, garante-se estabilidade e previsibilidade às corporações, assente em pilares fundamentais: -----



A comparticipação nas despesas correntes, que assegura o funcionamento diário;
O apoio ao investimento, nomeadamente na aquisição de viaturas de socorro, essencial para a capacidade operacional; -----

E o apoio direto aos operacionais no terreno, designadamente no âmbito do dispositivo de combate a incêndios rurais. -----

Este modelo demonstra uma visão clara: **não basta reconhecer — é preciso criar condições reais para que o trabalho seja feito com eficácia e dignidade.** -----

Mas há um outro sinal que importa valorizar. -----

O facto de vermos cada vez mais jovens a integrar estas corporações mostra que há futuro — e esse futuro constrói-se também com confiança, com apoio institucional e com políticas públicas que dignifiquem esta missão. -----

Por isso, em nome da bancada do PSD, queremos reconhecer o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Município de Ourém no apoio às nossas associações humanitárias de bombeiros. -----

Porque apoiar os bombeiros é, no essencial, **proteger quem protege todos nós.** -----

Muito obrigado.” -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, Grupo Municipal PS, referiu o seguinte: “Efetivamente subscrevemos todos estes apoios aos Bombeiros, porque a presença deles na sociedade é indiscutível e a falta deles seria um dano grave. -----

No entanto, perguntava, e tendo em conta os valores diferentes que foram apresentados, como é que chegaram a estes valores. Como é que chegaram aos mais de quarenta mil euros para os Bombeiros de Caxarias; mais de cinquenta mil para os Bombeiros de Fátima e os mais de cento e vinte e oito mil para os Bombeiros de Ourém. E, pergunto isto, só para ter uma ideia do que estamos aqui a falar efetivamente. -----

Obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Isto obedece a uma matriz, tem a ver com o número de habitantes, com as áreas, com o número de secções, com o número de bombeiros. -----

Tem a ver com uma matriz que está identificada, digamos que a nível nacional, e nós atribuímos de acordo com essa matriz. Tem a ver com isto, mas tem muito a ver com as áreas



de intervenção, o número de bombeiros, o número de população e o número de serviços que são feitos nos anos anteriores. Tem muito a ver com isso tudo e, portanto, é feito de forma equitativa tendo em conta essas situações. -----

Muito obrigado.” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----

----- Neste momento, voltaram à sala, os membros da Assembleia Municipal: -----

----- Filipe de Frias Antunes da Graça -----

----- David Alves Pereira -----

----- Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, Sérgio Manuel Gameiro Fernandes ----

----- Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, Alexandre Manuel Gaspar Faria -----

02.14 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTA DE ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FÁTIMA -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 38016/2026**, datado de **2026.04.21**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.04.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2027 – 583.333,33 euros -----

----- Ano 2028 – 583.333,33 euros -----

----- Ano 2029 – 583.333,33 euros -----

----- Ano 2030 – 166.666,65 euros -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “A 04 de fevereiro de 2025, a Câmara celebrou protocolo com a **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fátima**, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 2.000.000,00€, os encargos decorrentes da construção do novo quartel de bombeiros. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com a proposta de adenda ao referido contrato (registada sob o n.º 68.918-A/2023), que consiste na alteração da cláusula 3.ª, referente ao plano de pagamentos. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 16 de abril em curso, que se passa a transcrever: “Considerando o atraso na execução do investimento que é objeto de comparticipação, remete-se adenda com reformulação do cronograma de execução financeira subjacente, circunstância que altera a plurianualidade da despesa resultante deste apoio. -----

---- À Consideração Superior (competência do órgão deliberativo)”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 36 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Neste momento, ausentaram-se da sala, os membros da Assembleia Municipal: -----

----- Filipe Remi Callebaut Mendes -----

----- Secretária da Junta de Freguesia de Seiça, Andreia Sofia Ribeiro -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, Paulo Luís Marques Nunes -----



02.15 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE URQUEIRA – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 37478/2026**, datado de **2026.04.21**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.04.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para apoiar a Freguesia de Urqueira, através da celebração de protocolo. -----

----- Mais solicitou, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2026 – 1,00 euro -----

----- Ano 2027 – 56.549,58 euros -----

----- Ano 2028 – 56.550, 56 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de protocolo registada sob o n.º 29.033-A/2026, a celebrar com a **Freguesia de Urqueira**, com sede no Largo do Rossio, n.º 1, em Urqueira, deste concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 113.101,14€, as obras relativas à criação de um ponto de água, tipo charca, na Rua do Pisão, em Cavadinha, da referida freguesia, integrado na Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativo ao apoio em apreço. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 16 de abril corrente, a dar conta de que a despesa emergente da celebração do protocolo em causa, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos



termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, Presidente de Junta de Freguesia de Urqueira, expôs o seguinte: “Em nome da Junta de Urqueira, expresso o nosso reconhecimento à Câmara Municipal por este apoio financeiro destinado à construção de um ponto de água no lugar de Cavadinha. -----

Considerando que cerca de 70% do nosso território é constituído por área florestal, existe uma elevada vulnerabilidade ao risco de incêndio e, por isso, desde 2018 que andamos a desenvolver esforços para criarmos este ponto de água, investimento que, até agora, ascendeu a cerca de 15.000,00 euros. -----

Importa ainda salientar que, para além de servir a freguesia de Urqueira, a localização estratégica deste ponto de água permitirá que o mesmo constitua um recurso relevante para todo o concelho, reforçando a capacidade de resposta no combate aos incêndios rurais. -----

Uma vez mais, muito obrigado pelo vosso apoio!” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENÇAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----

----- Neste momento, voltou à sala o Presidente da Assembleia Municipal, João Manuel Moura Rodrigues, tendo assumido de imediato a presidência dos trabalhos desta sessão -----

----- Filipe Remi Callebaut Mendes -----

----- Secretária da Junta de Freguesia de Seiça, Andreia Sofia Ribeiro -----



02.16 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ADENDA AO CONTRATO DE DELEGAÇÃO DA COMPETÊNCIA “GESTÃO E CONSERVAÇÃO DO CEMITÉRIO E DA CASA MORTUÁRIA” -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 35895/2026**, datado de **2026.04.16**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.04.06, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria citada em epígrafe, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “A 01 de abril de 2022, a Câmara celebrou contrato de delegação da competência indicada em epígrafe, com a **Freguesia de Nossa Senhora da Piedade**, sediada na Rua Dr. Agostinho Barroso Gonçalves, n.º 9, 1.º andar, nesta cidade. -----

---- Nesta reunião foi apresentada a proposta de adenda ao referido contrato registada sob o n.º 8099-A/2026, que consiste na alteração do n.º 5, da cláusula 3.ª, que passa a ter a seguinte redação: “O valor das taxas a cobrar pela Junta de Freguesia são as contantes e aprovadas da tabela vigente na referida freguesia, aplicando-se apenas valores previstos no regulamento municipal a situações que, eventualmente, a freguesia não tenha previsto em regulamento próprio;”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 36 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----



----- Neste momento voltou à sala o Presidente da União das Freguesias, Paulo Luís Marques Nunes -----

----- Ainda neste momento, ausentou-se da sala o Segundo Secretário da Assembleia Municipal, Nuno Manuel Pinto Dias -----

02.17 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO N.º 3/2002 – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DE DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO – RUA DAS BRITES – FREGUESIA DE FÁTIMA – OURÉM -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 35904/2026**, datado de **2026.04.16**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.04.06, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria citada em epígrafe, nos termos da alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Relativamente ao assunto designado em epígrafe, foi apresentado o processo registado sob o n.º 73.407/2025, do **Gabinete da Presidência**, instruído com a informação, datada de 02 de março de 2026, do **Setor de Património**, que se passa a transcrever: “Tendo em consideração a intenção interna em se proceder à desafetação de Domínio Público para Domínio Privado do Município de Ourém de parcela de terreno, importa referir: -----

- Parcela de Terreno com a área de 2.50m2 cedida do loteamento 03/2002 para Domínio Público como “... área comporta passeios, arruamentos, espaços verdes e estacionamento”; --
- Todos os bens considerados de domínio público nos termos do n.º 2 do artigo 202 do CC, encontram-se fora do comércio jurídico, não podendo por isso serem alienados; -----



• A área cedida ao Município "... possa constar como área de cedência para o domínio privado do Município, destinado a construção, para que possa ser alienado". -----

---- Nesse sentido, deverá proceder-se: -----

---- 1. Avaliação da Parcela por Perito Avaliador de Imóveis; -----

---- 2. O Órgão Executivo proceder à intenção em desafetar a área do Domínio Público para Domínio Privado do Município, com vista a uma possível alienação, com proposta de desafetação; -----

---- 3. Remeter a discussão pública pelo período de 30 dias para sua apreciação, com publicação através de Edital, Jornal Local e DRE; -----

---- 4. Decorridos os 30 dias, o Órgão Executivo remeter o processo ao Órgão Deliberativo com proposta de autorização de desafetação e que a mesma possa integrar o Domínio Privado, nos termos da al. q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2012 – Regime Jurídico das Autarquias Locais;

---- 5. Após aprovação da AMO deverá publicar-se a sua decisão no DRE. -----

---- À cs." -----

---- (Aprovado em minuta)" -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 36 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.18 – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 35964/2026**, datado de **2026.04.16**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.04.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do artigo 58.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de



30 de janeiro, a nomeação do Conselho Municipal de Educação, conforme proposto na informação abaixo transcrita. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Sobre o assunto acima designado, o **Chefe da Divisão de Educação** prestou a informação registada sob o n.º 28.568/2026, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: “Considerando o artigo n.º 57 do Decreto de Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro de 2019 que rege regras para a composição do Conselho Municipal de Educação; -----

---- Considerando que foram diligenciados todos os procedimentos para as eleições, convites a entidades para o preenchimento dos representantes do Conselho Municipal de Educação conforme o Decreto de Lei n.º 21 /2019 de 30 de janeiro de 2019; -----

---- Torna-se assim necessário proceder à nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação conforme o artigo n.º 58º do Decreto de Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro de 2019: -

---- **Presidente da Câmara Municipal de Ourém** – Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque; -----

---- **Presidente da Assembleia Municipal** – João Manuel Moura Rodrigues; -----

---- **Vereador do Pelouro de Educação** – Filipe Manuel Marques Baptista; -----

---- **Presidente da Junta de Freguesia** – Engrácia Maria Vieira Marques Carriço Junta de Freguesia de Alburitel; -----

---- **Departamento governamental responsável pela área da educação** – (a designar pela entidade); -----

---- **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional** – (a designar pela entidade);

---- **Diretor do Agrupamento de Escolas Conde de Ourém**; -----

---- **Diretora do Agrupamento de Escolas de Ourém**; -----

---- **Diretora do Agrupamento de Escolas de Caxarias**; -----

---- **Pessoal Docente do Ensino Secundário Público** – Fernando Jorge Eusébio Martins; -----



- **Pessoal Docente do Ensino Básico Público** – Cândida Maria Fonseca Mendes Vieira Dias; -----
- **Pessoal Docente do Ensino Pré-Escolar Público** – Maria José Ribeiro Marto; -----
- **Conselho Pedagógico Agrupamento de Escolas Conde de Ourém** – (a designar pela entidade); -----
- **Conselho Pedagógico Agrupamento de Escolas de Ourém** – (a designar pela entidade);
- **Conselho Pedagógico Agrupamento de Escolas de Caxarias** – (a designar pela entidade); -----
- **Estabelecimentos de Educação e de Ensino Básico e Secundário Privado** – (a designar pelas entidades); -----
- **Associações de Pais e Encarregados de Educação** – APCEON – Assoc. Pais e Enc. de Educ. do Centro Escolar Ourém Nascente e APEECEC – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Escolar de Caridade; -----
- **Associação de Estudantes** – Associação de Estudantes da Escola Básica e Secundária de Ourém; -----
- **Instituições Particulares de Solidariedade Social** – APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização Apoio à Família; -----
- **Serviço Público de Saúde** – (a designar pela entidade); -----
- **Serviço de Emprego e Formação Profissional** – (a designar pela entidade); -----
- **Serviço da Segurança Social** – (a designar pela entidade); -----
- **Serviços públicos da Área da Juventude e do Desporto** – (a designar pela entidade);----
- **Serviço da Segurança** – (a designar pela entidade); -----
- **Conselho Municipal da Juventude** – Catarina Dias Martins. -----
- À consideração superior,”. -----
- (Aprovado em minuta)” -----
- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----



----- SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR
UNANIMIDADE – 36 PRESENCAS -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

**02.19 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – TEMPESTADE
KRISTIN – RETOMA DAS ATIVIDADES NAS PISCINAS MUNICIPAIS DE OURÉM E DE
CAXARIAS E NA PISCINA DE FÁTIMA – COMPENSAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO
PRESTADOS -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 20765/2026**, datado de **2026.03.05**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.03.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do artigo 39.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, autorização para compensar, em 50%, o valor correspondente aos serviços não prestados aos utentes, de forma proporcional. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 12.090/2026, do **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, a dar conta da retoma das atividades nas instalações acima referenciadas, na sequência da tempestade Kristin, colocando à consideração superior a compensação dos utentes, pelos serviços não prestados. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo a informação, datada de 24 de fevereiro findo, que se passa a transcrever: “Face ao disposto, propõem os serviços diversas formas de compensar as aulas não ocorridas, caso não seja exequível a sua reposição. A compensação com base na redução do valor a aplicar no mês de fevereiro ou na primeira mensalidade da época seguinte será admissível, salvo melhor opinião, não por aplicação do artigo 34º do RTGTRMO, porquanto não se trata de uma redução ou



benefício ao utente, considerando que efetivamente o serviço não foi prestado, mas uma interpretação ou lacuna, prevista no artigo 39.º. -----

---- Assim, considerando que não foi possível prestar o serviço, deverá o órgão executivo propor ao órgão deliberativo a não cobrança de 50% do valor da mensalidade de fevereiro ou da primeira mensalidade da época desportiva 2026/2027, nas situações em que não seja exequível a reposição das aulas não lecionadas (no caso de Caxarias a integralidade de uma mensalidade caso a inviabilização de aulas ocorra no decurso de todo o mês de fevereiro), ou seja, observando-se o princípio da proporcionalidade, não se tratando de um benefício, mas da reposição da cobrança de valor em razão do serviço prestado. -----

---- À Consideração Superior". -----

---- (Aprovado em minuta)" -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 36 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.20 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE OURÉM – ÉPOCA BALNEAR 2026 – INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 25395/2026**, datado de **2026.03.18**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.03.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do artigo 33.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, autorização para a utilização gratuita das piscinas municipais, pelos jovens com idades compreendidas entre os 07 e os 17 anos (e seus acompanhantes) e pelos idosos que beneficiem dos serviços das instituições particulares de



solidariedade social do nosso concelho (e seus acompanhantes), considerando a importância do programa de ocupação de tempos livres para jovens e seniores. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Relativamente ao assunto designado em epígrafe, foi apresentada a informação registada sob o n.º 22.006/2026, do **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, a dar conta do seguinte: “(...) Tendo em conta o aproximar de mais uma época balnear, e antecipando os vários pedidos que muito em breve nos vão surgir, propomos que cada IPSS do concelho, possa beneficiar de 5 entradas gratuitas, de 1 julho a 15 setembro, entre o período horário das 10h00 às 14h00 (minimizando a exposição solar e o período de maior afluência de utentes). -----

---- **Proposta** -----

---- Assim, e avaliando o impacto que todos os anos esta gratuitidade tem nas IPSS's, propomos a entrada de 5 manhãs gratuitas por cada instituição do concelho (das 10h00 as 14h00). Assim: -----

- Entrada gratuita a crianças e jovens entre os 7 – 17 anos, (uma vez que dos 0 – 6 a entrada é gratuita), integradas em entidades de cariz social; -----
 - O valor associado à entrada seria de: 2,72€ -----
- Os seniores/idosos que estejam a beneficiar de respostas sociais nas IPSS, possam de igual forma beneficiar desta gratuitidade; -----
 - O valor associado à entrada seria de: 2,72€ -----
- Os adultos acompanhantes de crianças, jovens e seniores que integram as IPSS com pedidos de manhãs gratuitas, também podem usufruir dessa gratuitidade. -----
 - O valor associado à entrada seria de: 3,81€ -----
- As crianças/jovens e adultos que queiram permanecer no período da tarde (após usufruto da manhã gratuita), pagam o valor correspondente, de acordo com a Tabela Geral de Taxas do Município em vigor. -----

---- **Conclusão** -----



---- Face ao exposto, remete-se à consideração superior proposta para que cada IPSS do concelho possa usufruir de 5 manhãs gratuitas, durante a época balnear, à semelhança de anos anteriores (...).” -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo a informação, datada de 11 de março corrente, que se passa a transcrever: “A isenção requerida não se encontra estabelecida no artigo 33.º do RTGTORMO. -----

---- Deste modo, sendo um caso omissso, a título excepcional poderá aplicar-se o regime geral, ou seja, poderá a câmara municipal propor esta isenção à assembleia municipal, devendo ser apurado o benefício concedido para posterior reporte à IGF (obrigatoriedade legal), quantificado e nominativo dos beneficiários (IPSS que usufruíram da isenção). -----

---- À Consideração Superior (competência do órgão deliberativo)”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 36 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----

02.21 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – VITIOURÉM – ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DA VITIVINICULTURA DE OURÉM – ISENÇÃO DE TAXAS

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 25377/2026**, datado de **2026.03.18**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.03.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a isenção do pagamento da verba de 5.092,10 euros, à VitiOurém – Associação de Promoção da Vitivinicultura de Ourém, relativa à cedência do Centro Municipal de Exposições, para realização do Festival Gastronómico da Bio-Região “Ourém-Fátima”, nos dias 10, 11 e 12 de abril 2026, considerando o carácter solidário do evento. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta eletrónica registada sob o n.º 15.227/2026, a **VitiOurém – Associação de Promoção da Vitivinicultura de Ourém**, sediada na Rua da Escola, n.º 25, da Freguesia de Atougua, deste concelho, solicitou a cedência do Centro Municipal de Exposições para a realização do *Festival Gastronómico da Bio-Região “Ourém-Fátima”*, nos dias 10, 11 e 12 de abril próximo, que contará com atuações de vários artistas do concelho, um espaço de restauração e palestras para a promoção dos produtos da referida bio-região. Refere ainda que o evento tem carácter solidário e que os lucros serão entregues às paróquias, para que estas os distribuam pelos mais carenciados. --

---- Ouvida sobre o assunto, a **Chefe do Serviço de Atividades Municipais** exarou no processo uma informação, datada de 19 de fevereiro findo, a dar conta da disponibilidade do espaço e de que a cedência terá o custo de 5.092,10€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 36 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.22 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA VALE DO NABÃO – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 15450/2026**, datado de **2026.02.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.02.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, conjugado com o artigo 39.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a isenção do pagamento da verba de 135,30 euros, à Associação Cultural e Recreativa Vale do Nabão, relativa ao pedido de licença de utilização, a que corresponde o alvará n.º 42/2013, considerando o relevante serviço prestado à comunidade pela Associação. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 116.638/2025, da **Associação Cultural e Recreativa Vale do Nabão**, sediada na Estrada Real, n.º 181, em São Jorge, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, deste concelho, a solicitar a isenção do pagamento das taxas relativas ao pedido de licença de utilização, a que corresponde o alvará n.º 42/2013, por ser uma instituição sem fins lucrativos. -----

---- O processo encontra-se instruído com as seguintes informações: -----

- Registada sob o n.º 8946/2026, da **Divisão de Urbanismo e Território**, a referir que não foram apresentados documentos que comprovem que se trata de uma instituição de interesse público sem fins lucrativos. Mais dá conta de que o valor a isentar é de 135,30€; -----
- Registada sob o n.º 11.255/2026, da **Chefe do Serviço de Apoio Urbanístico**, a colocar à consideração superior a eventual isenção do pagamento das referidas taxas.

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 36 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Neste momento, voltou à sala o Segundo Secretário da Assembleia Municipal, Nuno Manuel Pinto Dias -----



02.23 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MUNICIPAL DE FREIXIANDA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 20772/2026**, datado de **2026.03.05**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.03.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a isenção do pagamento da verba de 697,60 euros, à Liga de Amigos da Secção de Bombeiros de Freixianda, relativa à cedência do Pavilhão Municipal de Freixianda para a realização do XVI Torneio de 24 horas de Futsal, considerando o serviço relevante que a entidade presta, no âmbito do apoio social no concelho, em particular na zona Norte. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta eletrónica registada sob o n.º 15.226/2026, a **Liga de Amigos da Secção de Bombeiros de Freixianda**, com sede no Largo dos Bombeiros Voluntários, n.º 1, em Freixianda, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, deste concelho, solicitou a cedência do Pavilhão Municipal de Freixianda, para a realização do XVI Torneio de 24 horas de Futsal, nos dias 03 e 04 de abril próximo e a isenção do pagamento das respetivas taxas. -----

---- Ouvido sobre o pedido, o **Chefe do Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude** exarou no processo uma informação, datada de 24 de fevereiro findo, a dar conta de que a utilização do espaço tem um custo associado de 697,60€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 37 PRESENCAS -----**

----- **APROVADO EM MINUTA -----**



02.24 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE CAXARIAS – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 35989/2026**, datado de **2026.04.16**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.04.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a isenção do pagamento da verba de 382,20 euros, referente à utilização do Pavilhão Municipal de Caxarias, conforme pedido efetuado pela Freguesia de Caxarias, dada a importância das atividades a desenvolver naquele equipamento desportivo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a carta eletrónica registada sob o n.º 22.450/2026, da **Freguesia de Caxarias**, com sede na Rua Casa do Povo, n.º 59, fração B, em Caxarias, deste concelho, a solicitar a isenção do pagamento das taxas associadas à utilização do Pavilhão Municipal de Caxarias, para a realização de ensaios para as marchas populares, no período de 13 de março a 12 de junho de 2026. -----

---- O **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 11 de março findo, a dar conta de que o valor associado à utilização do pavilhão, é de 382,20€. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 37 PRESENCAS -----**

----- **APROVADO EM MINUTA -----**



02.25 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – APDAF – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO APOIO À FAMÍLIA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 35983/2026**, datado de **2026.04.16**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.04.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a isenção do pagamento da verba de 821,30 euros, referente à utilização do Centro Municipal de Exposições, conforme pedido efetuado pela APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família, considerando que a Associação desempenha um papel relevante no apoio à família e na área social. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta eletrónica registada sob o n.º 29.641/2026, a **APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família**, com sede na Praça Dr. Francisco Vieira, n.ºs 120 e 122, nesta cidade, solicitou a isenção do pagamento da verba de 821,30€, referente à utilização do Centro Municipal de Exposições, no dia 08 de junho de 2026, para a realização das Marchas Populares. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 37 PRESENCAS -----**

----- **APROVADO EM MINUTA -----**

02.26 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----



----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais intervenções por parte do público, não se registando qualquer pedido de intervenção.

----- Nos termos do Regimento da AMO, “(...) *o texto das deliberações das sessões ou reuniões consideram-se aprovadas em minuta, salvo solicitação ou deliberação em contrário, sendo assinadas pelo Presidente.*” -----

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas dezanove horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL